

PREGÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
PREGÃO Nº 08/2022

(Processo Administrativo n.º 23386.000443./2022-32)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Presidente Figueiredo/AM, sediado na Av. Onça Pintada, nº 1.308, Galo da Serra – Presidente Figueiredo/AM, por meio da Coordenação de Licitação e Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, do tipo menor preço**, no regime de empreitada por global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 14/10/2022

Horário: 10:00:h (Horário de Brasília), 09:00h (Horário Local)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Critério de Julgamento: menor preço global

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, piscineiro, jardineiro e copeiro, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por grupo.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 158562/26403

Fonte: 81000000

Programa de Trabalho: 170981

Elemento de Despesa: 339037

PI: L20LP0112N

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 valor mensal e anual do grupo.
 - 6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:
 - 6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;
 - 6.1.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;
- 6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
 - 6.3.3 *A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.*
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
 - 6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do grupo.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais)

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.25.1.1 prestados por empresas brasileiras;
- 7.25.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.27.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.4.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.4.4.2 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.
- 8.4.4.2.1 **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022, Registro no MTE AM000088/2022.**
- 8.4.4.2.2 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.
- 8.5 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:
- 8.5.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que

- estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);
- 8.5.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);
- 8.5.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);
- 8.5.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);
- 8.5.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);
- 8.5.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).
- 8.6 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, *caput*, do Decreto n.º 10.024, de 2019.
- 8.6.1 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.
- 8.7 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.10 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.11 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.12 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.13 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

- 8.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.14.3 O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.
- 8.15 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.16 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.17 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.18 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.19 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

- 9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

- 9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

- 9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

- 9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

- 9.8.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 9.8.6.1 Habilitação de empresas estrangeiras, deve ser observado o disposto na Instrução Normativa nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, que estabelece as regras de funcionamento do

SICAF. Assim, as empresas estrangeiras que funcionem no País, autorizadas por decreto do Poder Executivo na forma do inciso V, do art. 28, da Lei nº 8.666, de 1993, devem se cadastrar no SICAF com a identificação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. As empresas estrangeiras que não funcionem no País poderão se cadastrar no SICAF, mediante código identificador específico fornecido pelo sistema, observadas as condições postas na referida IN 10/2020.

9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VI, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.5.5 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 **As regras para qualificação técnicas são as descritas no item 23 do Termo de referência**

9.11.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- 9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.19.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

- 11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência. .
- 15.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 15.4.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 15.4.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.5 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 15.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO

- 19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 19.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20 DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

20.1 *Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca do Pagamento pelo Fato Gerador a que se refere o Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital, observado o disposto no respectivo Caderno de Logística, elaborado pela SEGES/MP.*

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3 apresentar documentação falsa;
- 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6 não mantiver a proposta;
- 21.1.7 cometer fraude fiscal;
- 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 21.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licita@ifam.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Onça Pintada, 1.308, Galo da Serra – Presidente Figueiredo – AM, CEP 69735-000, Setor de Protocolo.

22.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www2.ifam.edu.br/campus/cprf>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Ferreira Pena, nº 1109, bairro centro, cidade Manaus, CEP 69025010, Setor de Protocolo, nos dias úteis, no horário das 08:30h as 11:30h e das 13:30h as 16:30h, na Coordenação de Licitação, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

23.12.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

23.12.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

23.12.3 ANEXO III- Modelo de Termo de Vistoria

23.12.4 ANEXO IV- Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

23.12.5 ANEXO V- Planilha de Custos e Formação de Preços;

23.12.6 ANEXO VI –Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;

23.12.7 ANEXO VII – *Modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR.*

Presidente Figueiredo – AM, 29 de setembro de 2022.

JACKSON PANTOJA LIMA
Diretor Geral do IFAM Campus Presidente Figueiredo
Portaria nº 1.135/GR-IFAM/27/05/2019

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 23386.000443/2022-32

2. Descrição da necessidade

2.1. Diante da inexistência no quadro funcional do IFAM de agentes com a atribuição de executar serviços de apoio em suas dependências, sendo imprescindíveis esses serviços para o funcionamento de suas unidades gestoras, e tampouco o objeto da contratação pretendida se caracteriza como atividade fim desta Autarquia. De acordo com a norma veiculada pelo art. 1º do Decreto n.º 2271/97, fica justificada a contratação do serviço na forma como a seguir serão discriminados.

2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em decorrência da proximidade do término da vigência do contrato de manutenção de bens móveis e imóveis, demonstra a necessidade de realizar um novo processo licitatório para a contratação de tais serviços para o campus Presidente Figueiredo;

2.3. A Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores contemplam esses serviços que, por sua natureza, são necessárias ao Órgão, e cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza continuada e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não venha comprometer a ordem e causar sérios prejuízos para a Administração.

2.4. Por sua vez, o Artigo 1º, §§ 1º e 2º do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, instituiu a seguinte norma, in verbis:

"Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

*§ 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, **copeiragem**, recepção, reprografia, telecomunicações e*

manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

§ 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.5. Ressalta-se que, a presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da entidade, conforme à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Como forma de buscar, constantemente, a melhoria da gestão dos processos e a eficiência do gasto público, se faz necessária a adoção de medidas que facilitem a gerência dos nossos contratos de serviços terceirizados e a desoneração através do ganho econômico em escala.

2.6. Atendendo ao Art. 8º do Decreto nº 7.892/2013, a contratação de empresa por grupo, deve-se ao fato da diversidade de atividades envolvidas no processo, o que poderia acarretar em restrições na participação de empresas ou fracassar a contratação de um determinado item por inexistência de proposta.

2.7. Considerando que além da economia de escala gerada pela celebração de um contrato único por grupo, para execução dos serviços, tal medida também irá gerar melhorias no gerenciamento de fiscalização dos serviços, uma vez que o contrato com o quantitativo maior de funcionários torna-se economicamente viável a efetiva cobrança da figura de preposto do contrato. Considerando ainda que de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), as empresas podem executar todos os serviços relacionado nesse processo, não limitando a concorrência do certame, bem como a fiscalização dos serviços.

2.8. Baseado no § 1º do artigo 23 da Lei Nº 8.666/93, o objeto desse pregão será realizado em grupo, visando, principalmente, a economicidade da contratação:

"Art 23, § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala."

2.9. Considerando o número reduzido de recursos humanos para fiscalização de contrato, e que a divisão por itens possibilitaria a formação de até quatro contratos, sobrecarregando servidores que já se desdobram em várias atividades. Reforçamos a realização do certame na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração e Planejamento	Alessandra Alves de Carvalho dos
Santos Técnico em segurança do trabalho	Leonildo mendes de Souza
Coordenação de manutenção e patrimônio	Lenilda Silva e Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para os serviços os requisitos contemplam a Convenção Coletiva de Trabalho AM000088/2022; a lêm da necessidade de comprovar por meio de atestados de capacidade técnica a ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contratos de serviços continuados em quantitativos compatíveis com o pleiteado nessa licitação.

A empresas licitantes devem ser especializadas na prestação de serviços terceirizados, objetivando o atendimento das demandas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas campus Presidente Figueiredo em relação à manutenção predial, piscineiro, jardineiro e, copeiro.

4.2. Natureza da Contratação: A presente contratação constitui aquisição de serviço de natureza continuada, possuindo caráter essencial e permanente, cuja prestação necessita de funcionários alocados dentro do campus em período comercial nos serviços de manutenção predial, piscineiro, jardineiro, e copeiro, em regime 44h semanais.

Será exigida uma prestação de garantia pela contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo essa, optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

4.3. Duração Inicial do Contrato: A duração do contrato é, inicialmente, de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses seguindo os termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. **5.4.** Sustentabilidade: A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP no 01, de 19 de janeiro de 2010. Os serviços deverão ser executados observando-se os critérios de sustentabilidade ambiental, como:

- a) Instruir os funcionários com relação ao uso consciente da água e da energia elétrica, evitando-se o desperdício de tais insumos;
- b) O estabelecimento de política e prática de coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos nas dependências da cantina e restaurante, bem como, o encaminhamento dos VIDROS, PAPEIS, PLASTICOS, METAIS e outros possíveis de reaproveitamento a cooperativas de catadores ou empresas que atuam com reciclagem desses materiais;
- c) A utilização de eletrodomésticos, tais como: GELADEIRAS, FREEZERS, BEBEDOUROS, BALCOES, LIQUIDIFICADORES E SIMILARES, que possuam classificação de eficiência energética categoria “A”, e sejam certificados pelo INMETRO;
- d) A disseminação da conscientização quanto a preservação ambiental entre seus funcionários e entre a comunidade discente, afixando cartazes nas suas dependências contendo mensagens do gênero. O rol de critérios citados acima é exemplificativo, podendo haver outras boas práticas.

4.5. Transição Contratual: Na presente contratação, não há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimentos, tecnologias e técnicas empregadas pela antiga contratada, por tratar-se de um serviço simples, cuja execução pode ser toda descrita em Projeto Básico

/Termo de Referência, pegando como base a experiência das contratações anteriores, pois se trata de um serviço comum.

4.6. Relevância dos requisitos estipulados: Os requisitos estipulados são importantes, pois eles nortearão a contratação desde a elaboração do Projeto Básico/Termo de Referência até a fiscalização contratual.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Levantamento de Mercado Foram realizadas análises do mercado para saber qual seria a alternativa mais viável que atendesse às necessidades deste IFAM Campus Presidente Figueiredo.

Em relação à pesquisa de mercado, a pesquisa de preços para este processo foi realizada de acordo como o parâmetro do Inciso I do Art. 2º da IN 05/2014. A análise fundamentada segue o processo administrativo. A pesquisa de preços para este processo foi realizada de acordo com o parâmetro do inciso I do Art. 2º da IN 05/2014, tendo sido utilizado o Painel de Preços no seguinte endereço: <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br> e utilizou-se, ainda, como metodologia, a média dos preços pesquisados em Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços.

5.2 Escolha do Tipo de Solução a Contratar

Para os cargos objeto da contratação, considerando-se que a Instituição funciona das 07h às 22h se faz necessário a contratação de postos de trabalho de 44h semanais, com fornecimento de materiais e equipamentos, para atendimento às necessidades diárias de realização dos serviços necessários.

6. Descrição da solução como um todo

A melhor solução, após o levantamento de preços, é que seja contratada uma empresa devidamente constituída, com todos os documentos de habilitação fiscal, econômico-financeira e jurídica em situação regular. Com base nesse estudo preliminar será confeccionado o mapa de riscos da contratação, de maneira a ponderar os riscos implícitos ao objeto pleiteado. O documento contemplará a análise do planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão de contratos.

A relação dos trabalhos a serem executados para contratação dos serviços de auxiliar de manutenção predial, jardineiro, piscineiro, e copeiro, estará descrita no Termo de Referência.

Por fim, após a realização da licitação será formalizado o contrato, exigindo-se a garantia contratual da empresa vencedora do certame e contato com o preposto. Como de praxe, os fiscais dos contratos realizarão reuniões com a empresa para alinhar as atividades no campus.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados estabelecendo-se como unidade de medida o preço por posto de trabalho e a quantidade a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Manutenção predial . CATSER 01627	POSTO	01
02	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Jardineiro . CATSER 24252	POSTO	01
03	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Piscineiro . CATSER 09962	POSTO	01
04	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Copeiro . CATSER 22861	POSTO	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Por ser processo terceirizado o preço de referência é constituído com base no valor da Convenção coletiva nº 88/2022, acrescidas as despesas com uniformes, materiais, equipamentos e outros;

Para estimativa dos preços de referência desta contratação, foram realizadas pesquisas de preços, nos termos da Instrução Normativa nº 05/2014-SLTI/MPDG.

Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados estabelecendo-se como unidade de medida o preço por posto de trabalho ou serviço, pesquisas em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
	GRUPO 1		

01	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Manutenção predial . CATSER 1627	01	45.812,76
02	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Jardineiro . CATSER 24252	01	43.749,24
03	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Piscineiro . CATSER 09962	01	57.224,40
04	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Copeiro . CATSER 22861	01	41.276,40

Diante do exposto, o valor total dos itens, considerado como uma estimativa inicial, totaliza o montante de R\$ 188.062,80 (cento e oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e oitenta centavos). O valor de referência compreende os seguintes materiais e equipamentos:

MANUTENÇÃO PREDIAL (artífice)		
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL	EQUIPAMENTOS
1 óculos de proteção escuro;	1 corda de fibra sintéticade 12.0mm. Cabo para uso específico em cadeiras suspensas e cabo-guia de segurança para fixação de trava-quedas. Tamanho: 50m.	1 Escada extensiva de fibra, com 10 degraus; com sapata antiderrapante para eletricista;
1 Protetor Auricular tipo plug;	1 capacete completo comcarneira e jugular;	1 Escada de abrir de fibra com 10 degraus, com sapata antiderrapante;
1 par de luva de vaqueta tamanho M;	1 Cinturão de segurança modelo paraquedista em“Y” com 2 pontos de conexão e totalmente ajustável;	1 Serra de mármore;

02 Máscaras respiratória facial com filtro pff2;	1 Extensão elétrica de 50m de cabo pp flexível 4mm;	1 furadeira;
	1 Extensão elétrica de 100m de cabo pp flexível 4mm;	1 parafusadeira (igual ou superior bosh, makita);
		1 andaime torre completo tubular 10m painel de 1,0 m x 1,5m, compiso e guarda corpo
JARDINEIRO		
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL	EQUIPAMENTOS
2 Balde em plástico para concreto na cor preta, capacidade de 12 litros.	1 Cinturão de segurança modelo Paraquedista em "Y" com 2 ponto de conexão e totalmente ajustável.	1 Motopoda com haste de alcance 2,1m;
1 Cabeça de roçadeira para fio;	2 Mangueira para jardim, superflexível de ½", peça com 50m;	1 Roçadeira Lateral a gasolina, consumo Aproximado 1,2 l/h, com guidão.
1 óculos de proteção escuro.	1 Tesoura para grama, aço forjado, 12"x300mm;	
1 Enxada estreita 2,5, Com cabo; 1 Enxada com cabo;	1 Tesoura para poda;	
1 Pá de bico nº 4, com cabo de Madeira;	1 Boca de lobo com cabo;	
1 Pá pequena para lixo, em chapagalvanizada, cabo de madeira;	1 Bomba mecânica manual para Aplicação de inseticida;	

1 FACÃO grande;	1 Carro de mão;	
1 FACÃO médio;	02 - Protetor De Roçagem Flexível 5,0m Comprimento 1,5m Altura;	
1 Ancinho metálico curvo leve, 12 dentes com cabo reforçado;	01-Avental de raspa;	
06 – Lima chata para enxada 8” polegadas 200mm perfil chato cortesimples;	1 capacete completo comcarneira e jugular;	
06 frascos de protetor solar	1 par de luva de vaqueta tamanho M;	
12 Vassoura de cipó com cabo;		
12 Vassoura de nylon, tamanho comercial, com cabo;		
120m Fio de corte p/ roçadeira quadrado3mm.		
PISCINEIRO		
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL	
1 Óculos de proteção escuro;	4 máscaras respiratória facial com filtro;	
01 protetores auricular tipo plug de inserção;	1 rodo aspirador para piscina com cabo extensor tamanho com 8 metros; com ponteira.	

1 boné árabe;	1 Cata folhas para piscina com cabo de alumínio de 6 metros;
12 Baldes de Cloro granulado 3 em 1 com 10 kg para Tratamento de água da piscina;	12 kit teste para medir cloro e PH. Esse kit contém: 1 frasco de solução cloro orto-tolidina (20 ml). 1 frasco de FENOL vermelho reagente para PH (20 ml). 1- Corpo comparador; 2 mangueiras flexível flutuante para aspiração; tamanho de 25 mde comprimento; Diâmetro 1. 3/4" polegada ou 44 mm; com adaptador rosca fina.
06 frascos de protetor solar	16kg Redutor de PH
84 kg de Decantador	200kg Elevador de PH
6 Escovas de nylon curva 450 mm;	
6 Esfregão com cerdas de nylon.	
06 pares de luva nitrílica, tamanho G;	
06 escovão para calçada com cabo;	
COPEIRO	
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL
60 frascos de detergente 500ml;	04 pares de luva látex tamanho M;
18 pct de esponja de aço com 08 un;	2 caixas de Máscara Descartável pacote com 100 (cem);

12 esponjas para lavar louça;	01 dúzia de guardanapo de pano branco;
24 kg de sabão em barra;	03 cx de touca descartável com 100und
12 panos tipo saco	
20 lt de água sanitária	
30 fd de papel toalha com 1250 und	

UNIFORMES

	MANUTENÇÃO PREDIAL(artífice)	
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL
02	und	Calça comprida (jeans cor escura)
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
02	par	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana
01	par	Bota 7 léguas
01	und	Crachá

	JARDINERIO	
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL

02	und	Calça comprida (jeans cor escura)
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.
02	und	Camisa manga longa, malha fria,
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
02	par	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana
01	par	Bota 7 léguas
01	und	Crachá
01	und	Chapéu com aba

PISCINEIRO		
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL
02	und	Calça comprida tac tel
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.
02	und	Camisa manga longa, malha fria,
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
01	par	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana
01	par	Bota 7 léguas
01	und	Crachá
01	und	Chapéu com aba

COPEIRO		
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL
02	und	Calça comprida na cor branco
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado (cor branco).
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
01	par	Sapato baixo, sem salto, fechado, solado antiderrapante
01	par	Bota 7 léguas cor branco
01	und	Crachá
01	und	avental

Previsão de início dos serviços 13/02/2023

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Atendendo ao Art. 8º do Decreto nº 7.892/2013, a contratação de empresa por grupo deve-se ao fato da diversidade de atividades envolvidas no processo, o que poderia acarretar em restrições na participação de empresas ou fracassar a contratação de um determinado item por inexistência de proposta.

Considerando que além da economia de escala gerada pela celebração de um contrato único por grupo para execução de serviços de manutenção predial, tal medida também irá gerar melhorias no gerenciamento de fiscalização dos serviços, uma vez que o contrato com o quantitativo maior de funcionários torna-se economicamente viável a efetiva cobrança da figura de preposto do contrato.

Considerando ainda que de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), as empresas podem executar todos os serviços relacionado nesse processo, não limitando a concorrência do certame, bem como a fiscalização dos serviços.

Baseado no § 1º do artigo 23 da Lei Nº 8.666/93, o objeto desse pregão foi dividido em grupos, visando, principalmente, a economicidade da contratação:

“Art 23, § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

Diante do exposto reforçamos a realização do certame na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da entidade, conforme à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Como forma de buscar, constantemente, a melhoria da gestão dos processos e a eficiência do gasto público, se faz necessária a adoção de medidas que facilitem a gerência dos nossos contratos de serviços terceirizados e a desoneração através do ganho econômico em escala.

12. Resultados Pretendidos

Espera-se com esta nova contratação:

1. Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos.
2. Manter o campus em perfeitas condições de funcionamento com suas instalações devidamente adequadas ao atendimento das necessidades.
3. Garantir a boa execução dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que os serviços em questão, já são ou foram ofertados neste campus solicitante, não há necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços.

Contudo, faz-se necessário a capacitação dos prestadores de serviços a respeito dos mecanismos internos da Instituição, bem como do trabalho a ser executado. Os fiscais dos contratos atuais serão designados para colaborar no período de adequação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável, pois como referido anteriormente são serviços indispensáveis para o bom funcionamento do campus. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da administração.

16. Responsáveis

LEONILDO MENDES DE SOUZA

Técnico em segurança do trabalho

LENILDA SILVA E SILVA

Coordenadora de Manutenção e Patrimônio

ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO DOS SANTOS

Assistente de alunos

UASG 158562

Matriz de Gerenciamento de Riscos 14/2022

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MAPA_COMPARATIVO_COMPILADO (2).pdf (3.77 MB)
- Anexo II - FORMAÇÃO DE PREÇOS AUX. DE MANUTENÇÃO.pdf (352.03 KB)
- Anexo III - FORMAÇÃO DE PREÇOS COPEIRO.pdf (348.71 KB)
- Anexo IV - FORMAÇÃO DE PREÇOS JARDINEIRO.pdf (348.99 KB)
- Anexo V - FORMAÇÃO DE PREÇOS PISCINEIRO.pdf (349.72 KB)

Anexo I - MAPA_COMPARATIVO_COMPILADO (2).pdf



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras



ANEXO I- MANUTENÇÃO PREDIAL - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art. 6º da IN 73/2020 (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL SEMESTRAL
1	Óculos de proteção escuro	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art. 5º da IN 65/2021	785600 - ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DE SC	Pregão 13/2021	09/05/2022	08.658.622/0001-13 - J. J. VITALLI	R\$ 6,65	R\$ 6,65	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 6,65	R\$ 6,65
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art. 5º da IN 65/2021	158378 - INST. F.ED., CIE NC.E TEC.DO NORT DE MG/C.JANUÁR	Pregão 19/2021	09/05/2022	35.257.760/0001-63 - LAB VISION - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	R\$ 6,00	R\$ 6,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art. 5º da IN 65/2021	160291 - CENTRO TECNOLÓGICO DO EXERCITO/RJ	Pregão 43/2021	09/05/2022	09.080.827/0001-27 - PLATAFORMA PARALELA SERVICOS E TREINAMENTOS EIRELI	R\$ 8,00	R\$ 8,00			

2	Protetor Auricular tipo plug;	PAR	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	154039 - FUNDACAO UNIVERSIDAD E DO AMAZONAS/AM	Pregão 03/2022	09/05/2022	01.631.853/0001-94 - J R PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E UTILIDADES LTDA	R\$ 1,72	R\$ 1,72	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 1,95	R\$ 1,95
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	731040 - CENTRO TECNOLÓGICO DO CORPO DE FUZILEIROS	Pregão 11/2021	09/05/2022	33.968.417/0001-00 - L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS EI	R\$ 2,85	R\$ 2,85			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	788820 - CENTRO DE INTENDENCIADA MARINHA EM MANAUSS	Pregão 10/2021	09/05/2022	24.929.214/0001-05 - G MARQUES DA ROCHA	R\$ 1,28	R\$ 1,28			
3	par de luva de vaqueta tamanho M;	PAR	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	155910 - HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO D.	Pregão nº 19/2021	10/05/2022	R T COSTA FELICIANO CNPJ: 23533848000181	R\$ 13,79	R\$ 13,79	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 15,37	R\$ 15,37
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135030 - EMBRAPA SUINOS E AVES/CONCOR DIA/SC	Pregão 10/2021	10/05/2022	COMERCIAL SPONCHIADOEIRELI CNPJ: 13338681000144	R\$ 15,00	R\$ 15,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153178 - UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	Pregão nº 25/2021	10/05/2022	PGSA COMERCIAL LTDA CNPJ: 38398257000116	R\$ 17,33	R\$ 17,33			
4	Máscaras respiratória facial com filtro pff2;	Unidade	2	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	NÃO SE APLICA		09/05/2022	NS2.COM INTERNET S.A CNPJ: 09.339.936/0001-16	R\$ 6,90	R\$ 13,80	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 6,19	R\$ 12,38
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			09/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 5,00	R\$ 10,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			09/05/2022	CNPJ: 71.448.047/0021-04 Macer Drogistas Ltda	R\$ 6,66	R\$ 13,32			
VALOR TOTAL SEMESTRAL												R\$	36,35	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- ANUAL
5	Corda de fibra sintética de 12.0mm. Cabo para uso específico em cadeiras suspensas e cabo-guia de segurança para fixação de travaquedas. Tamanho: 50m.a	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	NÃO SE APLICA		09/05/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 231,00	R\$ 231,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 201,17	R\$ 201,17
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			09/05/2022	Casas Bahia CNPJ: 33.041.260/0652-90	R\$ 163,50	R\$ 163,50			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			09/05/2022	SafetyTrab Comércio e Serviços Ltda – CNPJ 23.571.314/0001-40	R\$ 209,00	R\$ 209,00			

6	Capacete completo com carneira e jugular;	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Pregão n 09/2021	09/05/2022	13.395.341/0001-55 - EUANDRO JOSE MACHADO COMERCIO E SERVICOS	R\$ 26,00	R\$ 26,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 29,05	R\$ 29,05
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160026 - COMANDO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELV	Pregão n 19/2021	09/05/2022	11.523.678/0001-75 - FS SUPRIMENTOS - EIRELI	R\$ 37,16	R\$ 37,16			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	783810 - CENTRO DE INTENDENCIADA MARINHA EM NATAL	Pregão 20/2021	09/05/2022	14.793.395/0001-31 - AMDA SECURITY IMPORTADORA LTDA	R\$ 24,00	R\$ 24,00			
7	Cinturão de segurança modelo paraquedista em "Y" com 2 pontos de conexão e totalmenteajustável	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160343 - 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	Pregão 21/2021	09/05/2022	14.183.614/0001-60 - SAFE - SUPPLY & IT SUPRIMENTOS LTDA	R\$ 369,00	R\$ 369,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 294,00	R\$ 294,00
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Pregão 47/2021	09/05/2022	18.274.923/0001-05 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 273,00	R\$ 273,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	155913 - EBSERH - H U PROF POLYDORO ERNANI DE S THIAGO	Pregão 209/2021	09/05/2022	14.183.614/0001-60 - SAFE - SUPPLY & IT SUPRIMENTOS LTDA	R\$ 240,00	R\$ 240,00			
8	Extensão elétrica de 50m de cabo pp flexível 4mm;	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	NÃO SE APLICA		09/05/2022	Loja Extra CNPJ: 33.041.260/0652-90	R\$ 531,20	R\$ 531,20	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 451,19	R\$ 451,19
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			09/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 499,00	R\$ 499,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			10/05/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 323,36	R\$ 323,36			
9	Extensão elétrica de 100m de cabo pp flexível 4mm;	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	NÃO SE APLICA		10/05/2022	ELAINE CASANTI REFRIGERACAO - MECNPI 05.895.694/0001-96	R\$ 719,79	R\$ 719,79	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 880,55	R\$ 880,55
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			10/05/2022	Casas Bahia CNPJ: 33.041.260/0652-90	R\$ 969,05	R\$ 969,05			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			10/05/2022	Magazine Luiza S/A CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 952,80	R\$ 952,80			
VALOR TOTAL ANUAL											R\$		1.855,96	
EQUIPAMENTOS														

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- ANUAL
10	Escada extensiva de fibra, com 10 degraus; com sapata antiderrapante para eletricitia;	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	160133 - MEX-10 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/MS	Pregão 03/2021	10/05/2022	DEPOSITO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO SANTAROSA LTDA CNPJ: 33731712000130	R\$ 349,00	R\$ 349,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 485,82	R\$ 485,82
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	150182 - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	Pregão 14/2021	10/05/2022	GENUINO SILVA DO CARMO REFRIGERACAO EIRELI CNPJ/CPF: 32485676000109	R\$ 487,46	R\$ 487,46			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	120638 - BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE	Pregão 06/2021	10/05/2022	SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI CNPJ/CPF: 29843035000174	R\$ 621,00	R\$ 621,00			
11	Escada de abrir de fibra com 10 degraus, com sapata antiderrapante	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	160133 - MEX-10 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/MS	Pregão 03/2021	10/05/2022	DEPOSITO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO SANTAROSA LTDA CNPJ: 33731712000130	R\$ 349,00	R\$ 349,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 485,82	R\$ 485,82
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	150182 - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	Pregão 14/2021	10/05/2022	GENUINO SILVA DO CARMO REFRIGERACAO EIRELI CNPJ/CPF: 32485676000109	R\$ 487,46	R\$ 487,46			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	120638 - BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE	Pregão 06/2021	10/05/2022	SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI CNPJ/CPF: 29843035000174	R\$ 621,00	R\$ 621,00			
12	Serra de mármore	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	164204 - FUNDACAO OSORIO	Dispensa de Licitação nº 72/2021	10/05/2022	LEONARDO SEVERO DA COSTA CNPJ/CPF: 28160797000103	R\$ 496,52	R\$ 496,52	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 511,11	R\$ 511,11
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	153030 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Pregão 74/2021	10/05/2022	ARGOS LTDA CNPJ/CPF: 42262411000103	R\$ 499,32	R\$ 499,32			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	791180 - BASE AEREA NAVALDE SAO PEDRO DA ALDEIA/RJ	Dispensa de Licitação 16/2022	10/05/2022	IRMAOS ANDRADE DA ALDEIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA CNPJ/CPF: 04643117000144	R\$ 537,50	R\$ 537,50			
13	Furadeira	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	160380 - COMANDO DE BRIGADA INFANTARIA MOTORIZADA/	Dispensa de licitação 59/2021	10/05/2022	PAULO C MARTINS CNPJ/CPF: 35953886000172	R\$ 349,50	R\$ 349,50	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 421,65	R\$ 421,65
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	153276 - ESCOLA DE BELAS ARTES/UFMG	Dispensa de Licitação 35/2021	10/05/2022	JOSE G. F. CUNHA COMERCIO E SERVICOS - EIRELI CNPJ/CPF: 07199275000145	R\$ 378,92	R\$ 378,92			

				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	926473 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO	Pregão 06/2022	10/05/2022	C QUEIROZ RODRIGUES CNPJ/CPF: 04784293000104	R\$ 536,53	R\$ 536,53			
14	Parafusadeira (igual ou superior bosh, makita)	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	160122 - 55 BATALHAO DE INFANTARIA	Pregão 0082021	10/05/2022	ARGOS LTDA CNPJ/CPF: 42262411000103	R\$ 407,84	R\$ 407,84	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 524,50	R\$ 524,50
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	980595 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBA S	Pregão 11/2020	10/05/2022	NORTHWEST MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA CNPJ/CPF: 37247494000113	R\$ 516,00	R\$ 516,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	453230 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE	Pregão 441/2021	10/05/2022	ARGOS LTDA CNPJ/CPF: 42262411000103	R\$ 649,65	R\$ 649,65			
15	Andaime torre completo tubular 10m painel de 1,0 m x 1,5m, com piso e guarda corpo	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 73/2020			10/05/2022	LCM LTDA CNPJ: 04.340.334/0001-65	R\$ 9.163,04	R\$ 9.163,04	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 12.798,56	R\$ 12.798,56
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	Dispensa de licitação 8566/2021	10/05/2022	ACOLOK INDUSTRIA E COMERCIO E LOCAÇAO DEANDAIMES LTDA. CNPJ 37657154000160	R\$ 12.218,00	R\$ 12.218,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	158125 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC. CATARINENSE	Pregão 90/2021	10/05/2022	DF MAQUINAS E FERRAMENTAS EIRELI CNPJ/CPF: 21793208000185	R\$ 17.014,65	R\$ 17.014,65			
VALOR TOTAL ANUAL												R\$	17.113,12	

Presidente Figueiredo, 16 de maio de 2022.



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras



ANEXO II- MANUTENÇÃO PREDIAL -UNIFORMES

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art.6º da IN 73/2020 (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL-SEMANAL
1	Calça comprida (jeans cor escura)	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	981661 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS	Pregão nº 13/2021	10/05/2022	UZE BRINDES E UNIFORMES LTDA CNPJ/CPF: 15348142000111	R\$ 37,00	R\$ 74,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 49,66	R\$ 99,32
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX	Pregão nº 15/2021	10/05/2022	ALAIDE ALVES DOS SANTOS CNPJ/CPF: 03177123000190	R\$ 42,00	R\$ 84,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DESAÚDE RJ	Dispensa de Licitação nº 06/2022	10/05/2022	OSEAS EDIO DA SILVA CNPJ/CPF: 36929562000161	R\$ 69,99	R\$ 139,98			

2	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCONEIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 29,67	R\$ 59,34
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCONEIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980301 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR	Pregão nº 230/2021	10/05/2022	DANY KAITON PINHO DOS SANTOS CNPJ/CPF: 21581716000108	R\$ 37,00	R\$ 74,00			
3	Meia em algodão, tipo soquete	PAR	4	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160211 - 20 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO	Pregão nº 10/2021	10/05/2021	SIRLEI SOUZA DE MELLO CNPJ/CPF: 10857874000113	R\$ 5,70	R\$ 22,80	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 7,73	R\$ 30,92
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160366 - 13 GRUPO DE ATILHARIA DE CAMPANHA/RS	Pregão nº 06/2021	10/05/2021	RENILSON MACHADO CNPJ/CPF: 90237785000294	R\$ 6,50	R\$ 26,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160349 - COMANDO DA17 BRIG.DE INFANTARIA DE SELVA/RO	Pregão nº 01/2022	10/05/2021	M.C. PEREIRA MIGUEL CNPJ/CPF: 08191353000128	R\$ 11,00	R\$ 44,00			
4	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana	PAR	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA/MA	Pregão nº 18/2021	10/05/2022	ELETICA LUZ COMERCIALDE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ/CPF: 00226324000142	R\$ 48,75	R\$ 97,50	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 72,18	R\$ 144,36
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160455 - 20 GRUPO DE ARTILHARIADE CAMPANHA	Dispensa nº 83/2021	10/05/2022	TORCMETAL COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 07453141000109	R\$ 58,80	R\$ 117,60			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926966 - SERVIÇO AUT.DE ÁGUA.E ESG.DE MAREC.C. RON	Dispensa nº 03/2022	10/05/2022	OCTOPUS DISTRIBUIDORALTD CNPJ/CPF: 42973622000146	R\$ 109,00	R\$ 218,00			
5	Bota 7 léguas	PAR	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	986001 - PREF.MUN.DO RIO DE JANEIRO/RJ	Pregão n 239/2021	10/05/2022	MONTEIRO & FERREIRA LTDA CNPJ/CPF: 04070426000172	R\$ 40,00	R\$ 80,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 45,23	R\$ 90,47
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158148 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Pregão n 12/2022	10/05/2022	ECOLIM EIRELI CNPJ/CPF: 17221558000108	R\$ 47,70	R\$ 95,40			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158320 - INST.FED.DO CEARA/CAMP US IGUATU	Dispensa de Licitação nº 06/2021	10/05/2022	RV COMPANY COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ/CPF: 36495092000175	R\$ 48,00	R\$ 96,00			
				COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926590 - CONSELHO REGIONAL DEED. FISICA MS	Dispensa de Licitação 06/2021	10/05/2022	IDCONTROLL IDENTIFICACAO E TECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 35663840000119	R\$ 8,48	R\$ 8,48			

6	Crachá	UNIDADE	1	COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	Pregão 05/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,29	R\$ 14,29	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 12,42	R\$ 12,42
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	987753 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS	Pregão 76/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,50	R\$ 14,50			
				VALOR TOTAL SEMESTRAL										
Presidente Figueiredo, 16 de maio de 2022.														

Presidente Figueiredo, 16 de maio de 2022.



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras



ANEXO III- JARDINEIRO- MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art.6º da IN 73/2020 (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- SEMESTRAL
1	Balde em plástico para concreto naco: preta, capacidade de 12 litros	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	989143 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE	Pregão 07/2021	10/05/2022	POTENCIAL COMERCIO E SERVICOS - EIRELI CNPJ/CPF: 18729614000174	R\$ 9,00	R\$ 18,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 10,52	R\$ 21,04
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	989311 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS	Pregão 04/2021	10/05/2022	DISTRIBUIDORA LAVOR DE UTILIDADES DOMESTICA LTDA CNPJ/CPF: 31170141000186	R\$ 10,80	R\$ 21,60			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153028 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Pregão 67/2021	10/05/2022	COMERCIAL GUTIERREZEIRELI CNPJ/CPF: 19234111000190	R\$ 11,76	R\$ 23,52			

2	Cabeça de roçadeira para fio	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMP US SOBRAL	Pregão nº 11/2021	10/05/2022	MCA ASSESSORIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 42519684000182	R\$ 40,00	R\$ 40,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 40,67	R\$ 40,67
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153063 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA/PA	Dispensa de Licitação nº 132/2020	10/05/2022	GARDEN MACHINES COMERCIO DE MAQUINAS E SERVICOS DE JARDINAGEM LTDA CNPJ/CPF: 22682786000107	R\$ 40,00	R\$ 40,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160450 - 14 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA	Pregão nº 02/2021	10/05/2022	MCA ASSESSORIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 42519684000182	R\$ 42,00	R\$ 42,00			
3	óculos de proteção escuro	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	Pregão nº 52/2021	10/05/2022	FIGUEIREDO COMERCIO DE MAQUINA E EQUIPAMENTO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 37414517000137	R\$ 6,09	R\$ 6,09	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 6,24	R\$ 6,24
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926888 - SERVIÇO MUN. DE AGUA E SANEAMENTO INFRAE.	Pregão nº 07/2021	10/05/2022	PGSA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 38398257000116	R\$ 6,16	R\$ 6,16			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	120064 - ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONAUTICA	Pregão nº 37/2021	10/05/2022	ELIANDRO JOSE MACHADO COMERCIO E SERVICOS CNPJ/CPF: 13395341000155	R\$ 6,47	R\$ 6,47			
4	Enxadeco estreito 2,5, Com cabo;	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	925850 - NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL/PAX	Pregão nº 04/2021	10/05/2022	LICITARE PRODUTOS, MATERIAIS E SERVICOS LTDA CNPJ/CPF: 18641075000117	R\$ 31,38	R\$ 31,38	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 34,04	R\$ 34,04
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	982381 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU	Pregão nº 36/2021	10/05/2022	COMERCIAL SPONCHIADO EIRELI CNPJ/CPF: 13338681000144	R\$ 32,30	R\$ 32,30			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980114 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANÃ/MA	Pregão nº 23/2021	10/05/2022	Y ALEF F DOS SANTOS CNPJ/CPF: 25225516000165	R\$ 38,45	R\$ 38,45			
5	Enxada com cabo	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	154042 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Dispensa de Licitação 199/2021	10/05/2022	ALOISIO WACHHOLZBOHLKE CNPJ/CPF: 05550941000384	R\$ 38,00	R\$ 38,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 41,16	R\$ 41,16
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153178 - UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	Pregão nº 06/2021	10/05/2022	J. J. VITALI CNPJ/CPF: 08658622000113	R\$ 41,47	R\$ 41,47			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160418 - 19 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS	Dispensa de Licitação nº 93/2021	10/05/2022	RECONSTRUIR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E ACESSORIOS LTDA CNPJ/CPF: 00944539000107	R\$ 44,00	R\$ 44,00			
				COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160476 - 22. DEPOSITO DE SUPRIMENTO	Dispensa de Licitação 23000/2021	10/05/2022	TORCMETAL COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 07453141000109	R\$ 28,53	R\$ 28,53			

6	Pá de bico nº 4, com cabo de Madeira;	UNIDADE	1	COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	154359 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Pregão 16/2020	10/05/2022	FERGAVI COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 14968227000130	R\$ 31,92	R\$ 31,92	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 35,87	R\$ 35,87
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160157 - 9 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/MT	Pregão 02/2021	10/05/2022	BRASIL EQUIPAMENTOS PARA ANALISE DE SOLO LTDA CNPJ/CPF: 21664672000171	R\$ 47,17	R\$ 47,17			
7	Pá pequena para lixo, em chapagalvanizada, cabo de madeira	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	E C O MOURA CNPJ/CPF: 28572074000111	Pregão 09/2021	10/05/2022	926500 - CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGR DO ACRE	R\$ 14,00	R\$ 14,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 16,17	R\$ 16,17
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	194046 - COORDENAÇÃO REGIONAL LITORAL SUDESTE - SP	Dispensa de licitação 42/2021	10/05/2022	ALEXANDRE APARECIDO DE SOUZA CNPJ/CPF: 33616456000130	R\$ 15,00	R\$ 15,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	983461 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS-BA	Pregão 18/2021	10/05/2022	CONSTRUCOCOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ/CPF: 13744255000100	R\$ 19,50	R\$ 19,50			
8	Facão grande	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	782400 - ESTACAO RADIO DA MARINHA EM SALVADOR	Dispensa de licitação 36/2021	10/05/2022	DANIELA PINTO DO ESPIRITO SANTO CNPJ/CPF: 38429630000159	R\$ 28,16	R\$ 28,16	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 31,48	R\$ 31,48
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	782801 - BASE NAVAL DE ARATU - BA	Dispensa de licitação 25/2021	10/05/2022	DEPAU COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA CNPJ/CPF: 07188943000139	R\$ 30,00	R\$ 30,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158334 - INST.FED.DE MATO GROSSO/CAMPUS CÁCERES MT	Dispensa de licitação 65/2021	10/05/2022	FORT AGRICOLA E PECUARIA LTDA-ME - CNPJ/CPF: 04698933000155	R\$ 36,29	R\$ 36,29			
9	Facão médio	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	120016 - GRUPO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Pregão 76/2021	10/05/2022	FER - MAX FERRAMENTAS LTDA CNPJ/CPF: 22014876000120	R\$ 14,72	R\$ 14,72	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 15,57	R\$ 15,57
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160015 - COMANDO 2 GRUPO DE ENGENHARIA CNST/MEX/AM	Pregão 02/2021	10/05/2022	J. J. VITALI CNPJ/CPF: 08658622000113	R\$ 15,90	R\$ 15,90			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160202 - 3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Pregão 36/2021	10/05/2022	GGV COMERCIAL EIRELI CNPJ/CPF: 35236131000157	R\$ 16,08	R\$ 16,08			
10	Ancinho metálico curvo leve, 12 dentes com cabo reforçado;	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153177 - UTFPR - CAMPUS SUDOESTE PATO BRANCO	Pregão 15/2021	10/05/2022	J. J. VITALI CNPJ/CPF: 08658622000113	R\$ 23,33	R\$ 23,33	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 24,39	R\$ 24,39
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	927671 - FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE	Pregão 16653/2021	10/05/2022	DISTRIBUIDORA MACBRAZ LTDA CNPJ/CPF: 07190090000170	R\$ 23,90	R\$ 23,90			

				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	927671 - FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE	Pregão16653/2021	10/05/2022	DISTRIBUIDORA MACBRAZLTDA CNPJ/CPF: 07190090000170	R\$ 25,95	R\$ 25,95			
11	Lima chata para enxada 8" polegadas 200mm perfil chato cortesesimples	UNIDADE	6	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	120006 - MAER-GAPBR-GRUPAMENTODE APOIO DE BRASILIA/DF	Pregão 06/2021	10/05/2022	J. J. VITALI CNPJ: 08658622000113	R\$ 12,92	R\$ 77,52	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 14,24	R\$ 85,44
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	764200 - SERVICO DE VETERANOS E PENSIONISTASDA MARINH	Pregão 012021	10/05/2022	GGV COMERCIAL EIREL CNPJ: 35236131000157	R\$ 13,50	R\$ 81,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	090012 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - BA	Pregão 18/2021	10/05/2022	PRISMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL EIRELI CNPJ/CPF: 17878280000138	R\$ 16,29	R\$ 97,74			
12	Fracos de protetor solar	Unidade	6	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158154 - INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	Dispensa de licitação 11/2021	10/05/2022	THAIS OLIVEIRA BORGES 41373494875 CNPJ 31096317000105	R\$ 39,17	R\$ 235,02	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 53,39	R\$ 320,34
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926226 - AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA/MS	Pregão 01/2022	10/05/2022	GRAFICA E EDITORA LUAREIRELI CNPJ/CPF: 36788205000120	R\$ 59,00	R\$ 354,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	943001 - GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	Pregão 01779/2021	10/05/2022	PROHOSPITAL COMERCIO HOLANDA LTDA CNPJ/CPF: 09485574000171	R\$ 62,00	R\$ 372,00			
13	Vassoura de cipó com cabo	Unidade	12	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	925282 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS	Pregão 23/2021	10/05/2022	POA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 05804684000106	R\$ 17,35	R\$ 208,20	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 21,40	R\$ 256,80
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153034 - UNIVERSIDAD E FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	Pregão 24/2021	10/05/2022	CONSTRUCENTER CONSTRUIR LTDA CNPJ/CPF: 22447375000137	R\$ 22,35	R\$ 268,20			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	927142 - FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	Dispensa de licitação 02/2022	10/05/2022	SUPER LICITE LICITACOESLTDA CNPJ/CPF: 33275120000150	R\$ 24,49	R\$ 293,88			
14	Vassoura de nylon, tamanho comercial, com cabo	Unidade	12	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	190004 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ	Pregão 01/2021	10/05/2022	LACIO OLIVEIRA DE SOUZA 02689002213 CNPJ/CPF: 30067851000112	R\$ 13,92	R\$ 167,04	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 15,05	R\$ 180,60
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	985619 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/E	Pregão 10/2021	10/05/2022	INTEGRAL COMERCIAL E FORNECEDORA LTDA CNPJ/CPF: 04912965000101	R\$ 15,00	R\$ 180,00			

				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160338 - 1 ESQUADRAODE CAVALARIALEVE	Dispensa de licitação 100/2021	10/05/2022	PABLO LUIS MARTINS CNPJ/CPF: 09138326000154	R\$ 16,24	R\$ 194,88			
15	Fio de corte p/ roçadeiraquadrado 3mm	Metro	120	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	783340 - CAPITANIA DOS PORTOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	Dispensa de licitação 66/2021	10/05/2022	FABIANA CHRISTINAAGUIAR DO COUTO 04679290412 CNPJ/CPF: 32055739000197	R\$ 90,91	R\$ 10.909,20	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 130,30	R\$ 15.636,00
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158139 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINE NSE	Pregão 36/2021	10/05/2022	FERGAVI COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 14968227000130	R\$ 129,99	R\$ 15.598,80			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIADE CONSTRUCAO	Pregão 20/2021	10/05/2022	GESSICA ZARZEKA OLIVO -GRM MAQUINAS E LOCACOES CNPJ/CPF: 97541831000102	R\$ 169,99	R\$ 20.398,80			
	VALOR TOTAL SEMESTRAL											R\$	16.745,81	

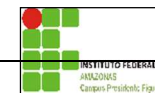
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRODE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO PORFONECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- ANUAL
16	Cinturão de segurança modelo Paraquedista em “Y” com 2 ponto de conexão e totalmenteajustável	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160343 - 7 BATALHAO DE ENGENHARIADE COMBATE	Pregão 21/2021	09/05/2022	14.183.614/0001-60 - SAFE - SUPPLY & IT SUPRIMENTOS LTDA	R\$ 369,00	R\$ 369,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 294,00	R\$ 294,00
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Pregão 47/2021	09/05/2022	18.274.923/0001-05 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 273,00	R\$ 273,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	155913 - EBSERH - H U PROF POLYDORO ERNANI DE S	Pregão 209/2020	09/05/2022	14.183.614/0001-60 - SAFE - SUPPLY & IT SUPRIMENTOS LTDA	R\$ 240,00	R\$ 240,00			
17	Mangueira para jardim, superflexível de ½”, peça com 50m	Unidade	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	155884 - IF BAIANO - CAMPUS ITABERABA	Pregão 06/2021	10/05/2022	M A C SAMPAIO DEITABERABA CNPJ/CPF: 96799812000118	R\$ 110,00	R\$ 220,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 150,45	R\$ 300,90
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIADE	Pregão 22/2021	10/05/2022	S M COSTA - CONSTRUCAO CNPJ/CPF: 04323228000173	R\$ 159,98	R\$ 319,96			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	168005 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FI	Pregão 01/2021	10/05/2022	J. J. VITALLI CNPJ/CPF: 08658622000113	R\$ 181,38	R\$ 362,76			
				COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158154 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	Pregão n 51/2021	10/05/2022	PLANED COMERCIO E SERVICOS EIRELI CNPJ/CPF: 20776492000119	R\$ 47,11	R\$ 47,11			

18	Tesoura para grama, aço forjado, 12"x300mm	Unidade	1	COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153036 - UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Pregão n 07/2021	10/05/2022	MIGUEL DE ANTONI - DISTRIBUIDORA CNPJ/CPF: 05460773000174	R\$ 50,00	R\$ 50,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 49,91	R\$ 49,91
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153036 - UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Pregão n 07/2021	10/05/2022	BC AGRO COMERCIO EIRELI CNPJ/CPF: 29220447000158	R\$ 52,63	R\$ 52,63			
19	Tesoura para poda	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	927222 - SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E I	Dispensa de licitação 34/2021	10/05/2022	COMERCIAL SPONCHIADOEIRELI CNPJ/CPF: 13338681000144	R\$ 19,00	R\$ 19,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 25,67	R\$ 25,67
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158122 - INST.FED.DE EDUC, CIENCIA E TECNOLOGIA	Dispensa de licitação 165/2021	10/05/2022	BQ VONTAE ARQUITETURAE ENGENHARIA EIRELI CNPJ/CPF: 35766894000100	R\$ 28,00	R\$ 28,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158124 - INST.FED.DE EDUC, CIENCIA E TEC. GOIANO	Pregão n 02/2022	10/05/2022	MIX REPRESENTACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA CNPJ/CPF: 34641081000120	R\$ 30,00	R\$ 30,00			
20	Boca de lobo com cabo	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160225 - BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO - PE	Pregão n 12/2021	10/05/2022	J. J. VITALLI CNPJ/CPF: 08658622000113	R\$ 33,60	R\$ 33,60	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 40,64	R\$ 40,64
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160204 - 25 BATALHAO DE CACADORES	Pregão n 04/2021	10/05/2022	J C FARIAS PEREIRA LTDA CNPJ/CPF: 32936252000113	R\$ 38,31	R\$ 38,31			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160001 - 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/AC	Pregão n 19/2021	10/05/2022	MASTER MANUTENCAO ELETTRICA LTDA CNPJ/CPF: 28436059000146	R\$ 50,00	R\$ 50,00			
21	Bomba mecânica manual para Aplicação de inseticida	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160093 - 38 BATALHAO DE INFANTARIA/ MEX/ES	Pregão n 01/2021	10/05/2022	JCP COMERCIAL DESKARTLTDA CNPJ/CPF: 10724350000154	R\$ 52,19	R\$ 52,19	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 80,23	R\$ 80,23
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	154047 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Pregão n 43/2021	10/05/2022	D Z L DISTRIBUIDORAZANATA LTDA CNPJ/CPF: 0008664000154	R\$ 78,50	R\$ 78,50			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980389 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ	Pregão n 23/2021	10/05/2022	SOUZA E FONSECA.CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 37251510000141	R\$ 110,00	R\$ 110,00			
22	Carro de mão	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/11/2022	Leroy Merlin Cia Brasileira de Bricolagem. Inscrição estadual CNPJ: 01.438.784/0048-60	R\$ 168,82	R\$ 168,82	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 174,80	R\$ 174,80
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/11/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 180,00	R\$ 180,00			

					COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/11/2022	Ponto Frio CNPJ: 33.041.260/0652-90	R\$ 175,57	R\$ 175,57			
23	Protetor De Roçagem Flexível 5,0m Comprimento 1,5m Altura	Unidade	2	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/11/2022	Meghi Comércio e Fabricação de Motores Náuticos e Equipamentos de Jardinagem LTDA. CNPJ: 01.793.263/0001-68	R\$ 890,00	R\$ 1.780,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 1.036,67	R\$ 2.073,34	
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/11/2022	ARTE VERDE JARDINAGEMLTDA CNPJ:05.467.597/0001- 00	R\$ 1.290,00	R\$ 2.580,00				
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153028 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Pregão n 50/2021	11/11/2022	GL COMERCIO EM GERALLTDA CNPJ/CPF: 18966588000106	R\$ 930,00	R\$ 1.860,00				
24	Avental de raspa	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160225 - BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO - PE	Pregão n08/2021	11/11/2022	36.782.020/0001-09 - NEX TEXTIL ROUPAS E ACESSORIOS LTDA	R\$ 100,00	R\$ 100,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 72,42	R\$ 72,42	
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/11/2022	Strutural Comércio de Materiais de Construção LTDA. CNPJ: 14.726.196/0001-00	R\$ 57,26	R\$ 57,26				
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/11/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 60,00	R\$ 60,00				
25	Capacete completo com carneira e jugular	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/11/2022	Strutural Comércio de Materiais de Construção LTDA. CNPJ: 14.726.196/0001-00	R\$ 59,49	R\$ 59,49	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 53,13	R\$ 53,13	
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/11/2022	SafetyTrab Comércio e Serviços Ltda – CNPJ 23.571.314/0001-40	R\$ 45,32	R\$ 45,32				
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/11/2022	BUNZL EQUIPAMENTOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CNPJ: 43.854.777/0001-26	R\$ 54,58	R\$ 54,58				
26	par de luva de vaqueta tamanho M	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	155910 - HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO D	Pregão n 24/2021	10/11/2022	R T COSTA FELICIANO CNPJ/CPF: 23533848000181	R\$ 13,79	R\$ 13,79	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 15,37	R\$ 15,37	
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135030 - EMBRAPA SUINOS E AVES/CONCOR DIA/SC	Pregão n 10/2021	10/11/2022	COMERCIAL SPONCHIADOEIRELI CNPJ/CPF: 13338681000144	R\$ 15,00	R\$ 15,00				
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153178 - UTFPR - CAMPUSPONTA GROSSA	Dispensa de Licitação n 01/2021	10/11/2022	PGSA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 38398257000116	R\$ 17,33	R\$ 17,33				
VALOR TOTAL ANUAL												R\$	3.180,41		

EQUIPAMENTOS														
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- ANUAL
27	Motopoda com haste de alcance 2,1m;	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160473 - 2 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA	Pregão n 07/2021	10/11/2022	NORTHWEST MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA CNPJ/CPF: 37247494000202	R\$ 1.265,26	R\$ 1.265,26	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 2.110,25	R\$ 2.110,25
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	989047 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES	Pregão n 21/2021	10/11/2022	FS SUPRIMENTOS - EIRELI CNPJ/CPF: 11523678000175	R\$ 1.729,00	R\$ 1.729,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158092 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	Pregão n 10/2021	10/11/2022	ALL NORTE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI CNPJ/CPF: 20905298000196	R\$ 3.336,50	R\$ 3.336,50			
28	Roçadeira Lateral a gasolina, consumo Aproximado 1,2 l/h, com guidão.	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135010 - EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE	Pregão n 04/2021	10/11/2022	JRN COMERCIO VAREJISTADE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI CNPJ/CPF: 28347594000120	R\$ 1.098,00	R\$ 1.098,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 1.158,98	R\$ 1.158,98
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	153035 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	Pregão n 44/2021	10/11/2022	NORTHWEST MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA CNPJ/CPF: 37247494000202	R\$ 1.110,00	R\$ 1.110,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980389 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ	Pregão n 39/2021	10/11/2022	BIDDEN COMERCIAL LTDA. CNPJ/CPF: 36181473000180	R\$ 1.259,95	R\$ 1.259,95			
VALOR TOTAL												R\$	3.269,23	

Presidente Figueiredo, 16 de maio de 2022.



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras

ANEXO IV- JARDINEIRO- UNIFORMES

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art.6º da IN 73/2020 (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- SEMESTRAL
1	Calça comprida (jeans cor escura)	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	981661 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS	Pregão nº 13/2021	10/05/2022	UZE BRINDES E UNIFORMES LTDA CNPJ/CPF: 15348142000111	R\$ 37,00	R\$ 74,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 49,66	R\$ 99,32
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX	Pregão nº 15/2021	10/05/2022	ALAIDE ALVES DOS SANTOS CNPJ/CPF: 03177123000190	R\$ 42,00	R\$ 84,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DESAÚDE RJ	Dispensa de Licitação nº 06/2022	10/05/2022	OSEAS EDIO DA SILVA CNPJ/CPF: 36929562000161	R\$ 69,99	R\$ 139,98			

2	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/C OLOMBO/PR	Dispensa de Licitação nº 41/2021	10/05/2022	REINO KIDS MODA INFANTIL LTDA CNPJ/CPF: 42754927000167	R\$ 26,33	R\$ 52,66	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 28,92	R\$ 57,85
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/C OLOMBO/PR	Dispensa de Licitação nº 41/2021	10/05/2022	REINO KIDS MODA INFANTIL LTDA CNPJ/CPF: 42754927000167	R\$ 27,44	R\$ 54,88			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	982333 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM	Pregão nº 58/2021	10/05/2022	RC SERVICOS & CONSERVACAO EIRELI CNPJ/CPF: 32337973000107	R\$ 33,00	R\$ 66,00			
3	Camisa manga longa, malha fria	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCOS EIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 29,67	R\$ 59,34
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCOS EIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980301 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR	Dispensa de Licitação nº 230/2021	10/05/2022	DANY KAITON PINHO DOS SANTOS CNPJ/CPF: 21581716000108	R\$ 37,00	R\$ 74,00			
4	Meia em algodão, tipo soquete	PAR	4	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160211 - 20 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO	Pregão nº 10/2021	10/05/2022	SIRLEI SOUZA DE MELLO CNPJ/CPF: 10857874000113	R\$ 5,70	R\$ 22,80	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 7,73	R\$ 30,92
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160366 - 13 GRUPO DE ATILHARIA DE CAMPANHA/RS	Pregão nº 06/2021	10/05/2022	RENILSON MACHADO CNPJ/CPF: 90237785000294	R\$ 6,50	R\$ 26,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	160349 - COMANDO DA 17 BRIG.DE INFANTARIA DE SELVA/RO	Pregão nº 01/2022	10/05/2022	M.C. PEREIRA MIGUEL CNPJ/CPF: 08191353000128	R\$ 11,00	R\$ 44,00			
5	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana	PAR	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA/MA	Pregão nº 18/2021	10/05/2022	ELETRICA LUZ COMERCIALDE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ/CPF: 00226324000142	R\$ 48,75	R\$ 97,50	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 72,18	R\$ 144,36
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160455 - 20 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	Dispensa de Licitação nº 83/2021	10/05/2022	TORCMETAL COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 07453141000109	R\$ 58,80	R\$ 117,60			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926966 - SERVIÇO AUT.DE ÁGUA E ESG.DE MAREC.C. RON DON	Pregão nº 03/2022	10/05/2022	OCTOPUS DISTRIBUIDORALTD CNPJ/CPF: 42973622000146	R\$ 109,00	R\$ 218,00			
				COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	986001 - PREF.MUN.DO RIO DE JANEIRO/RJ	Pregão 239/2021	10/05/2022	MONTEIRO & FERREIRA LTDA CNPJ/CPF: 04070426000172	R\$ 40,00	R\$ 80,00			

6	Bota 7 léguas	PAR	2	COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Pregão 12/2022	10/05/2022	ECOLIM EIRELI CNPJ/CPF: 17221558000108	R\$ 47,70	R\$ 95,40	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 45,23	R\$ 90,46
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158320 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS IGUATU	Dispensa de Licitação nº 06/2021	10/05/2022	RV COMPANY COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ/CPF: 36495092000175	R\$ 48,00	R\$ 96,00			
7	Crachá	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	250012 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DOMS/AC	Dispensa de Licitação nº 06/2021	10/05/2022	IDCONTROLL IDENTIFICACAO E TECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 35663840000119	R\$ 8,48	R\$ 8,48	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 12,42	R\$ 12,42
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926590 - CONSELHO REGIONAL DEED. FISICA MS	Pregão 05/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,29	R\$ 14,29			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	987753 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITA	Pregão 76/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,50	R\$ 14,50			
8	Chapéu com aba	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	987565 - PREF.MUN. DE FRANCISCO BELTRAO	Pregão 08/2021	10/05/2022	POLO REPRESENTACOESLTDA CNPJ/CPF: 14313995000155	R\$ 31,52	R\$ 31,52	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 29,50	R\$ 29,50
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021	Não se aplica		10/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 29,99	R\$ 29,99			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021			10/05/2022	Ponto Frio CNPJ: 33.041.260/0652-90	R\$ 26,99	R\$ 26,99			
VALOR TOTAL SEMESTRAL												R\$	524,17	

Presidente Figueiredo, 16 de maio de 2022.



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras

ANEXO V- PISCINEIRO- MATERIAIS

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art.6º da IN 73/2020 (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- SEMESTRAL
1	Óculos de proteção escuro	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	Pregão nº 52/2021	10/05/2022	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	R\$ 6,09	R\$ 6,09	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 6,24	R\$ 6,24
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926888 - SERVIÇO MUN. DE AGUA E SANEAMENTO	Pregão nº 07/2021	10/05/2022	PGSA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 38398257000116	R\$ 6,16	R\$ 6,16			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	120064 - ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONAUTICA	Pregão nº 37/2021	10/05/2022	ELIANDRO JOSE MACHADO COMERCIO E SERVICOS CNPJ/CPF: 13395341000155	R\$ 6,47	R\$ 6,47			

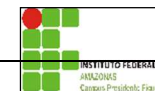
2	Protetores auricular tipo plug de inserção	PAR	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	154039 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDAD E DO AMAZONAS/A	Pregão nº 03/2022	09/05/2022	01.631.853/0001-94 - J R PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E UTILIDADES LTDA	R\$ 1,72	R\$ 1,72	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 1,95	R\$ 1,95
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	731040 - CENTRO TECNOLÓGICO DO CORPO DE FUZILEIROS	Pregão nº 11/2021	09/05/2022	33.968.417/0001-00 - L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇO	R\$ 2,85	R\$ 2,85			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	788820 - CENTRO DE INTENDENCIADA MARINHA EM MANAUS	Pregão nº 10/2021	09/05/2022	24.929.214/0001-05 - G MARQUES DA ROCHA	R\$ 1,28	R\$ 1,28			
3	Boné árabe	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160304 - BATALHÃO DE MANUTENÇÃO E SUP. DE ARMAMENTO	Pregão nº 08/2021	11/05/2022	31.512.534/0001-20 - JVC ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 24,00	R\$ 24,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 18,97	R\$ 18,97
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	153166 - MEC-UFRRJ-UNIV.FED.RURAL DO RJ DE JANEIRO/RJ	Pregão nº 49/2021	11/05/2022	04.673.210/0001-00 - CASE COMERCIO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS EIRELI	R\$ 20,90	R\$ 20,90			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	153166 - MEC-UFRRJ-UNIV.FED.RURAL DO RJ DE JANEIRO/RJ	Pregão nº 05/2021	11/05/2022	14.453.277/0001-84 - BARRAMAR CARTAS E PUBLICACOES NAUTICALS LTDA	R\$ 12,00	R\$ 12,00			
4	Baldes de Cloro granulado 3 em 1 com 10 kg para Tratamento de água da piscina	UNIDADE	12	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Carrefour Comercio e Industria LTDA CNPJ: 45.543.915/0846-95	R\$ 328,10	R\$ 3.937,20	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 248,70	R\$ 2.984,40
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Americanas s.a. CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 198,00	R\$ 2.376,00			
5	Fracos de protetor solar	UNIDADE	6	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158154 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	Dispensa de licitação 11/2021	10/05/2022	THAIS OLIVEIRA BORGES 41373494875 CNPJ 31096317000105	R\$ 39,17	R\$ 235,02	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 53,39	R\$ 320,34
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926226 - AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA/MS	Pregão 01/2022	10/05/2022	GRAFICA E EDITORA LUAREIRELI CNPJ/CPF: 36788205000120	R\$ 59,00	R\$ 354,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	943001 - GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	Pregão 01779/2021	10/05/2022	PROHOSPITAL COMERCIO HOLANDA LTDA CNPJ/CPF: 09485574000171	R\$ 62,00	R\$ 372,00			
				COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 9,00	R\$ 756,00			

6	Decantador	KG	84	COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	AQUASOL BANHEIRAS E PISCINAS LTDA ME - CNPJ: 79.223.897/0002-53	R\$ 13,00	R\$ 1.092,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 12,00	R\$ 1.008,00
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	EQUIMICA DO BRASIL COMERCIO DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA ME CNPJ: 07.798.667/0001-20	R\$ 14,00	R\$ 1.176,00			
7	Escovas de nylon curva 450 mm	UNIDADE	6	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	155913 - EBSEH - H U PROF POLYDORO ERNANI DE S THIAGO	Pregão 104/2021	11/05/2022	00.535.560/0001-40 - LPKLTDA	R\$ 17,38	R\$ 104,28	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 21,11	R\$ 126,66
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	Pregão 86/2021	11/05/2022	07.665.456/0001-10 - SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICASLTDA	R\$ 9,94	R\$ 59,64			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Floresta Comercio Varejista de Produtos de Limpeza Eireli (Quiminorte) CNPJ: 12.412.263/0001-97	R\$ 36,00	R\$ 216,00			
8	Esfregão com cerdas de nylon	Unidade	6	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	120628 - GRUPAMENTODE APOIO DE BELÉM	Pregão 124/2021	11/05/2022	36.022.122/0001-26 - CROSS CONSTRUTORA E COMERCIO LTDA	R\$ 15,12	R\$ 90,72	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 21,20	R\$ 127,22
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	120641 - BASE AÉREA DE PORTOVELHO	Pregão 58/2021	11/05/2022	34.308.216/0001-30 - NOGUEIRA & ALVES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 32,00	R\$ 192,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Brs sp Suprimentos Corporativos LTDA CNPJ: 03.746.938/0001-43	R\$ 16,49	R\$ 98,94			
9	luva nitrílica, tamanho G	Caixa com 100	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	153290 - FACULDADE DE ODONTOLOGI A/UFMG	Pregão 01/2021	11/05/2022	12.164.483/0001-49 - DUPAC COMERCIAL LTDA	R\$ 46,00	R\$ 46,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 60,26	R\$ 60,26
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	CNPJ: 14.938.165/0001-13 Razão Social: Comercial de Epi'se Insumos Pomar LTDA	R\$ 60,80	R\$ 60,80			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	DIMENSIONAL BRASIL SOLUÇÕES LTDA.- CNPJ: 06.913.480/0015-63	R\$ 73,99	R\$ 73,99			
10	Escovão para calçada com cabo	Unidade	6	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	Pregão 86/2021	11/05/2022	07.665.456/0001-10 - SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICASLTDA	R\$ 9,94	R\$ 59,64	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 11,62	R\$ 69,72
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	Pregão 86/2021	11/05/2022	07.665.456/0001-10 - SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICASLTDA	R\$ 9,94	R\$ 59,64			

				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	CNPJ 15.656.188/0001-06 -F8 LIGHT COMERCIAL LTDA	R\$ 14,99	R\$ 89,94			
VALOR TOTAL SEMESTRAL												R\$	4.723,76	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- ANUAL
11	Máscaras respiratória facial com filtro	Unidade	4	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	NS2.Com Internet S/A - CNPJ: 09.339.936/0001-16	R\$ 6,90	R\$ 27,60	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 6,19	R\$ 24,76
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 5,00	R\$ 20,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	CNPJ: 71.448.047/0021-04 Razão Social: Macer Droguitas Ltda	R\$ 6,66	R\$ 26,64			
12	Rodo aspirador para piscina com cabo extensor tamanho com 8 metros; com ponteira	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	60518 - BASE DE AVIACAO DE TAUBATE	Pregão 18/2021	11/05/2022	34.777.255/0001-87 - LUMEN COMERCIO E SERVICOS DE MOTORES ELETRICOS EIRELI	R\$ 328,02	R\$ 328,02	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 250,32	R\$ 250,32
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160157 - 9 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/MT	Pregão 20/2020	11/05/2022	36.181.473/0001-80 - BIDDEN COMERCIAL LTDA	R\$ 300,04	R\$ 300,04			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	1120630 - GRUPO DE APOIO DE MANAUS	Pregão 23/2021	11/05/2022	36.181.473/0001-80 - BIDDEN COMERCIAL LTDA.	R\$ 122,90	R\$ 122,90			
13	Cata folhas para piscina com cabo de alumínio de 6 metros	Unidade	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	154069 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL	Pregão 15/2022	11/05/2022	34.777.255/0001-87 - LUMEN SUPRIMENTAL EIRELI	R\$ 136,00	R\$ 136,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 103,50	R\$ 103,50
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Pregão 03/2022	11/05/2022	26.969.797/0001-23 - S O CORDEIRO DE SOUZA LTDA	R\$ 98,00	R\$ 98,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160145 - 17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	Pregão 25/2021	11/05/2022	36.181.473/0001-80 - BIDDEN COMERCIAL LTDA.	R\$ 76,50	R\$ 76,50			

14	Kit teste para medir cloro e PH. Esse kit contém: 1 frasco de solução cloro orto-tolidina (20 ml). 1 frasco de FENOL vermelho reagente para PH (20 ml). 1- Corpo comparador	Unidade	12	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 104,89	R\$ 1.258,68	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 67,76	R\$ 813,12
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	CNPJ: 53.153.938/0001-08 Cobasi Comercio de Produtos Basicos e Industrializados S.a.	R\$ 68,50	R\$ 822,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	120641 - BASE AÉREA DE PORTOVELHO	Pregão 20/2020	11/05/2022	Cascatas & Cia - Acessórios para Piscinas CNPJ: 17.832.091/0001-24	R\$ 29,90	R\$ 358,80			
15	Mangueiras flexível flutuante para aspiração; tamanho de 25 m de comprimento; Diâmetro 1. 3/4" polegada ou 44 mm; com adaptador rosca fina	Unidade	2	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	CNPJ 77.182.442/0001-20 SODIVEL HIDRAULICA E VEDACOES LTDA	R\$ 346,07	R\$ 692,14	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 287,78	R\$ 575,56
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS KENNEDY LTDA. 00.915.086/0001-82	R\$ 238,67	R\$ 477,34			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 278,60	R\$ 557,20			
16	Redutor de PH	KG	16	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	120636 - GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA	Pregão 39/2021	11/05/2022	15.153.524/0001-90 - SANIGRAN LTDA	R\$ 13,09	R\$ 209,44	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 11,54	R\$ 184,64
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160436 - 22 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA/R	Pregão 07/2022	11/05/2022	18.202.203/0001-26 - SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	R\$ 10,76	R\$ 172,16			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160436 - 22 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA/R	Pregão 07/2022	11/05/2022	18.202.203/0001-26 - SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	R\$ 10,76	R\$ 172,16			
17	Elevador de PH	KG	200	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 21,99	R\$ 4.398,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 24,91	R\$ 4.982,00
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	CNPJ 23.240.420/0001-40 TUA CASA FERRAGEM LTDA	R\$ 32,75	R\$ 6.550,00			
VALOR TOTAL ANUAL												R\$	11.657,66	

Presidente Figueiredo, 17 de maio de 2022.



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras

ANEXO VI- PISCINEIRO- UNIFORMES

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art. 6º da IN 73/2020 (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

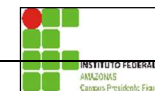
Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- SEMESTRAL
1	Calça comprida tac tel	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	NS2.Com Internet S/A - CNPJ: 09.339.936/0001-16	R\$ 36,99	R\$ 73,98	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 45,53	R\$ 91,06
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021			11/05/2022	Giannini Sports - CNPJ: 02.318.898/0001-76	R\$ 77,70	R\$ 155,40			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021			11/05/2022	HO Textil Confeções - CNPJ: 17.864.241/0001-81	R\$ 21,90	R\$ 43,80			

2	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/C OLOMBO/PR	Dispensa de Licitação nº 41/2021	10/05/2022	REINO KIDS MODA INFANTIL LTDA CNPJ/CPF: 42754927000167	R\$ 26,33	R\$ 52,66	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 28,92	R\$ 57,84
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/C OLOMBO/PR	Dispensa de Licitação nº 41/2021	10/05/2022	REINO KIDS MODA INFANTIL LTDA CNPJ/CPF: 42754927000167	R\$ 27,44	R\$ 54,88			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	982333 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM	Pregão nº 58/2021	10/05/2022	RC SERVICOS & CONSERVACAO EIRELI CNPJ/CPF: 32337973000107	R\$ 33,00	R\$ 66,00			
3	Camisa manga longa, malha fria	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCOS EIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 29,67	R\$ 59,34
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCOS EIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980301 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR	Dispensa de Licitação nº 230/2021	10/05/2022	DANY KAITON PINHO DOS SANTOS CNPJ/CPF: 21581716000108	R\$ 37,00	R\$ 74,00			
4	Meia em algodão, tipo soquete	PAR	4	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160211 - 20 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO	Pregão nº 10/2021	10/05/2022	SIRLEI SOUZA DE MELLO CNPJ/CPF: 10857874000113	R\$ 5,70	R\$ 22,80	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 7,73	R\$ 30,92
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160366 - 13 GRUPO DE ATILHARIA DE CAMPANHA/RS	Pregão nº 06/2021	10/05/2022	RENILSON MACHADO CNPJ/CPF: 90237785000294	R\$ 6,50	R\$ 26,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	160349 - COMANDO DA 17 BRIG.DE INFANTARIA DE SELVA/RO	Pregão nº 01/2022	10/05/2022	M.C. PEREIRA MIGUEL CNPJ/CPF: 08191353000128	R\$ 11,00	R\$ 44,00			
5	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana	PAR	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA/MA	Pregão nº 18/2021	10/05/2022	ELETRICA LUZ COMERCIALDE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ/CPF: 00226324000142	R\$ 48,75	R\$ 48,75	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 72,18	R\$ 72,18
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160455 - 20 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	Dispensa de Licitação nº 83/2021	10/05/2022	TORCMETAL COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 07453141000109	R\$ 58,80	R\$ 58,80			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926966 - SERVIÇO AUT.DE ÁGUA E ESG.DE MAREC.C. RON DON	Pregão nº 03/2022	10/05/2022	OCTOPUS DISTRIBUIDORALTD CNPJ/CPF: 42973622000146	R\$ 109,00	R\$ 109,00			
				COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	986001 - PREF.MUN.DO RIO DE JANEIRO/RJ	Pregão 239/2021	10/05/2022	MONTEIRO & FERREIRA LTDA CNPJ/CPF: 04070426000172	R\$ 40,00	R\$ 40,00			

6	Bota 7 léguas	PAR	1	COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Pregão 12/2022	10/05/2022	ECOLIM EIRELI CNPJ/CPF: 17221558000108	R\$ 47,70	R\$ 47,70	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 45,23	R\$ 45,23
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158320 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS IGUATU	Dispensa de Licitação nº 06/2021	10/05/2022	RV COMPANY COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ/CPF: 36495092000175	R\$ 48,00	R\$ 48,00			
7	Crachá	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	250012 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DOMS/AC	Dispensa de Licitação nº 06/2021	10/05/2022	IDCONTROLL IDENTIFICACAO E TECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 35663840000119	R\$ 8,48	R\$ 8,48	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 12,42	R\$ 12,42
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926590 - CONSELHO REGIONAL DEED. FISICA MS	Pregão 05/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,29	R\$ 14,29			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	987753 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITA	Pregão 76/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,50	R\$ 14,50			
8	Chapéu com aba	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	987565 - PREFEMUN. DE FRANCISCO BELTRAO	Pregão 08/2021	10/05/2022	POLO REPRESENTACOESLTDA CNPJ/CPF: 14313995000155	R\$ 31,52	R\$ 31,52	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 29,50	R\$ 29,50
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		10/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 29,99	R\$ 29,99			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			10/05/2022	Ponto Frio CNPJ: 33.041.260/0652-90	R\$ 26,99	R\$ 26,99			
VALOR TOTAL SEMESTRAL												R\$	398,49	

Presidente Figueiredo, 17 de maio de 2022.



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras

ANEXO VII- COPEIRO - MATERIAIS

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art. 6º da IN 73/2020) (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- SEMESTRAL
1	Frascos de detergente 500ml	UNIDADE	60	COTAÇÃO 1	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 2,00	R\$ 120,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 2,48	R\$ 148,80
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021			11/05/2022	04.565.289/0001-47 Bemol S/A	R\$ 3,10	R\$ 186,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art. 5º da IN 65/2021			11/05/2022	Atacadão Papelex Ltda. CNPJ: 16.731.862/0001-24	R\$ 2,33	R\$ 139,80			

2	Pacote de esponja de aço com 08 un	Pacote 8 unidades	18	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 3,95	R\$ 71,10	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 3,57	R\$ 64,26
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda. CNPJ 15.436.940/0001-03	R\$ 2,85	R\$ 51,30			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 3,90	R\$ 70,20			
3	Esponjas para lavar louça	Unidade	12	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 3,00	R\$ 36,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 2,57	R\$ 30,84
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	CNPJ: 03.746.938/0001-43 BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	R\$ 2,52	R\$ 30,24			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Limppano S A 33.033.556/0001-33.	R\$ 2,20	R\$ 26,40			
4	Sabão em barra	KG	24	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Via S.A. CNPJ: 33.041.260/0652-90	R\$ 6,90	R\$ 165,60	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 11,59	R\$ 278,16
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 15,00	R\$ 360,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	CNPJ 11.564.210/0001-29 GENERAL CLEAN COMERCIO E SERVICOS EIRELI	R\$ 12,86	R\$ 308,64			
5	Panos tipo saco	Unidade	12	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	135029 - EMBRAPA SOJA/LONDRI NA PR	Pregão n 48/2021	11/05/2022	LAVINIA MARCELY GOMESDE MEDEIROS 11358275408 CNPJ/CPF: 42371485000170	R\$ 4,08	R\$ 48,96	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 5,03	R\$ 60,36
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	114605 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM RORAIMA	Dispensa de Licitação nº 09/2022	11/05/2022	M. S. COELHO - ME CNPJ/CPF: 17558452000196	R\$ 5,00	R\$ 60,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	788340 - CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO VELHO	Dispensa de Licitação nº 01/2022	11/05/2022	NOVA QUIMICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZAEIRELI CNPJ/CPF: 11844377000143	R\$ 6,00	R\$ 72,00			
				COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	764200 - SERVICO DE VETERANOS E PENSIONISTASDA MARINH	Pregão 08/2021	11/05/2022	33.193.552/0001-12 - LOUMANN COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES EIRELI	R\$ 1,59	R\$ 31,80			

6	Água sanitária	Litro	20	COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DESAÚDE RJ	Pregão 26/2021	11/05/2022	12.484.260/0001-69 - AES CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	R\$ 1,80	R\$ 36,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 1,88	R\$ 37,60
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160132 - MEX-9. BATALHAODE ENGENHARIADE COMBATE/MS	Pregão 01/2021	11/05/2022	42.351.193/0001-75 - N & N COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	R\$ 2,24	R\$ 44,80			
7	Papel toalha com 1250 und	Fardo 1250 folgas	20	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	927929 - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL AM	Pregão 02/2022	11/05/2022	MEGA COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS EACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL LTDA CNPJ/CPF: 23318893000113	R\$ 13,13	R\$ 262,60	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 14,79	R\$ 295,80
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	925045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. DE SANTA CATARINA	Pregão 82/2021	11/05/2022	GOEDERT LTDA CNPJ/CPF: 79846465000118	R\$ 15,53	R\$ 310,60			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	925045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. DE SANTA CATARINA	Pregão 82/2021	11/05/2022	S B FREIRE	R\$ 15,70	R\$ 314,00			
VALOR TOTAL SEMESTRAL												R\$	915,82	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRODE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO PORFONECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL- ANUAL
8	Pares de luva látex tamanho M	PAR	4	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	423034 - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO IBRAM/MG-ES	Pregão 01/2021	11/05/2022	CENTRAL SUPRIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 41658519000149	R\$ 5,33	R\$ 21,32	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 6,01	R\$ 24,04
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	423034 - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO	Pregão 01/2021	11/05/2022	SJ COMERCIO DE UTILIDADES - EIRELI CNPJ/CPF: 10614788000180	R\$ 5,70	R\$ 22,80			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160001 - 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-	Pregão 25/2021	11/05/2022	R. C. L. GOMES COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ/CPF: 10579273000196	R\$ 7,00	R\$ 28,00			
9	Máscara Descartável	CAIXA COM 100	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	982727 - PREF.MUN.DE CAMPO ALEGRE	Pregão 16/2021	11/05/2022	IMPERIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI CNPJ/CPF: 21589394000135	R\$ 33,59	R\$ 67,18	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 34,76	R\$ 69,52
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	154043 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Pregão 33/2021	11/05/2022	ANDRADE ALCANTARA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 27934956000117	R\$ 34,65	R\$ 69,30			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160015 - COMANDO 2 GRUPAMENTO ENGENHARIA CNST/MEX/AM	Pregão 44/2021	11/05/2022	ELLOMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 41752554000122	R\$ 36,03	R\$ 72,06			

10	Guardanapo de pano branco	Unidade	12	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	154502 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DAGRANDE	Pregão 10/2022	11/05/2022	FARED COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 07259386000108	R\$ 4,00	R\$ 48,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 4,76	R\$ 57,12
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	752000 - DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS	Pregão 69/2021	11/05/2022	INOVARE EQUIPAMENTOS E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA CNPJ/CPF: 31206933000163	R\$ 4,50	R\$ 54,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	929039 - CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ/PA	Pregão 01/2021	11/05/2022	NEX TEXTIL ROUPAS E ACESSORIOS LTDA CNPJ/CPF: 36782020000109	R\$ 5,77	R\$ 69,24			
11	Touca descartável	CAIXA COM 100	3	COTAÇÃO 1	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	R\$ 15,99	R\$ 47,97	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 13,88	R\$ 41,64
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Magazine Médica CNPJ: 06.103.122/0002-70	R\$ 11,66	R\$ 34,98			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda. CNPJ 15.436.940/0001-03	R\$ 13,98	R\$ 41,94			
VALOR TOTAL ANUAL												R\$	192,32	

Presidente Figueiredo, 17 de maio de 2022.



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto
Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas
Ifam – Campus Presidente Figueiredo
Departamento De Administração E
Planejamento/Coordenação De Compras



ANEXO VIII- COPEIRO- UNIFORMES

Processo: 23386.000443/2022-32

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº 65/2021, "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Metodologia Utilizada: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Média dos Valores Obtidos: Quando o gestor, de acordo com sua análise crítica, verifica que não existem valores significativamente diferentes do padrão, muito altos ou muito baixos, com a finalidade de que não comprometa os resultados da pesquisa de preços. Neste caso a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada, e isso é uma grande vantagem estatística.

Deste modo, considerando o acima informado, esta Coordenação realizou a análise crítica de cada pesquisa, informando em coluna específica da Planilha de Cotação e Justificativa de Preços, a metodologia empregada em cada item (art.6º da IN 73/2020 (6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Declaro para todos os fins de direito, que realizei a pesquisa de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial, jardineiro, piscineiro e copeiro, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do IFAM Presidente Figueiredo. Declaro, ainda, que o preço de referência foi formado nos ditames da Instrução Normativa nº 65/2021. A consulta foi feita a partir de itens informados pelos fornecedores. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, segundo preconiza a Instrução Normativa nº 65/2021. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. Assim, ratifico que o levantamento dos preços está de acordo com a descrição dos itens enviados pelo demandante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.		PARÂMETRO DE PESQUISA (INCISO)	UASG	MODALIDADE	DATA DA COMPRA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO POR FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR	Metodologia	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL-SEMANAL
1	Calça comprida na cor branco	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160447 - 1ª BATALHÃO FERROVIÁRIO	Pregão 17/2021	11/05/2022	0.677.935/0001-21 - VIVIANNE REZENDE PAES BARRETO	R\$ 57,79	R\$ 115,58	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 52,16	R\$ 104,32
				COTAÇÃO 2	Inciso III, art.5º da IN 65/2021	Não se aplica		11/05/2022	MWT Comércio de Roupas e Estamparia LTDA-ME - 17.918.683/0001-63	R\$ 58,70	R\$ 117,40			
				COTAÇÃO 3	Inciso III, art.5º da IN 65/2021			11/05/2022	Americanas s.a. / CNPJ: 00.776.574/0006-60	R\$ 40,00	R\$ 80,00			

2	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado (corbranco).	UNIDADE	2	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCONEIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 29,67	R\$ 59,34
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	060001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	Dispensa de Licitação nº 5986/2021	10/05/2022	CHEIA DE GRACA.BRANCONEIRELI CNPJ/CPF: 27466726000170	R\$ 26,00	R\$ 52,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	980301 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR	Dispensa de Licitação nº 230/2021	10/05/2022	DANY KAITON PINHO DOS SANTOS CNPJ/CPF: 21581716000108	R\$ 37,00	R\$ 74,00			
3	Meia em algodão, tipo soquete	PAR	4	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160211 - 20 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO	Pregão nº 10/2021	10/05/2022	SIRLEI SOUZA DE MELLO CNPJ/CPF: 10857874000113	R\$ 5,70	R\$ 22,80	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 7,73	R\$ 30,92
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	160366 - 13 GRUPO DE ATILHARIA DE CAMPANHA/RS	Pregão nº 06/2021	10/05/2022	RENILSON MACHADO CNPJ/CPF: 90237785000294	R\$ 6,50	R\$ 26,00			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 73/2020	160349 - COMANDO DA17 BRIG.DE INFANTARIA DE SELVA/RO	Pregão nº 01/2022	10/05/2022	M.C. PEREIRA MIGUEL CNPJ/CPF: 08191353000128	R\$ 11,00	R\$ 44,00			
4	Sapato baixo, sem salto, fechado, solado antiderrapante	PAR	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	155017 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SERGIPE	Pregão nº 58/2021	11/05/2022	22.327.120/0001-30 - SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI	R\$ 43,29	R\$ 43,29	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 45,11	R\$ 45,11
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160441 - 28 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA-MEX/SC	Pregão nº 08/2021	11/05/2022	20.604.417/0001-70 - RP COMERCIAL LTDA	R\$ 44,80	R\$ 44,80			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160524 - 15 BATALHAO LOGISTICO	Pregão nº 012/2021	11/05/2022	18.274.923/0001-05 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 47,25	R\$ 47,25			
5	Bota 7 léguas cor branco	PAR	1	COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	986001 - PREF.MUN.DO RIO DE JANEIRO/RJ	Pregão 239/2021	10/05/2022	MONTEIRO & FERREIRA LTDA CNPJ/CPF: 04070426000172	R\$ 40,00	R\$ 40,00	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 45,23	R\$ 45,23
				COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC.DE RONDONIA	Pregão 12/2022	10/05/2022	ECOLIM EIRELI CNPJ/CPF: 17221558000108	R\$ 47,70	R\$ 47,70			
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	158320 - INST.FED.DO CEARA/CAMP US IGUATU	Dispensa de Licitação nº 06/2021	10/05/2022	RV COMPANY COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ/CPF: 36495092000175	R\$ 48,00	R\$ 48,00			
				COTAÇÃO 1	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	250012 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DOMS/AC	Dispensa de Licitação nº 06/2021	10/05/2022	IDCONTROLL IDENTIFICACAO E TECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 35663840000119	R\$ 8,48	R\$ 8,48			

6	Crachá	UNIDADE	1	COTAÇÃO 2	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	926590 - CONSELHO REGIONAL DEED. FISICA MS	Pregão 05/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,29	R\$ 14,29	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 12,42	R\$ 12,42
				COTAÇÃO 3	Inciso I, art.5º da IN 65/2021	987753 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITA	Pregão 76/2021	10/05/2022	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 41106192000100	R\$ 14,50	R\$ 14,50			
7	Avental	UNIDADE	1	COTAÇÃO 1	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	158144 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TE.DEMATO GROSSO	Pregão 04/2022	11/05/2022	33.105.231/0001-19 - N CARRER EIRELI	R\$ 11,35	R\$ 11,35	Média de 03 Pesquisas de Mercado.	R\$ 12,71	R\$ 12,71
				COTAÇÃO 2	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160167 - 53 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA	Pregão 12/2021	11/05/2022	31.993.633/0001-71 - CASA DO PASA COMERCIO E REPRESENTACOES EIREL	R\$ 15,37	R\$ 15,37			
				COTAÇÃO 3	Inciso II, art.5º da IN 65/2021	160530 - BASE DE ADM. E APOIO DO COMANDO MILITAR OESTE	Pregão 18/2021	11/05/2022	31.206.933/0001-63 - INOVARE EQUIPAMENTOS E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA	R\$ 11,40	R\$ 11,40			
VALOR TOTAL ANUAL												R\$	310,05	

Presidente Figueiredo, 18 de maio de 2022.

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/> informando seu número: 45, ano: 2022, tipo: MAPA COMPARATIVO, data de Assinatura: 19/05/2022 e o código de verificação: 144f245996

Anexo II - FORMAÇÃO DE PREÇOS AUX. DE MANUTENÇÃO.pdf

PLANILHA ESTIMATIVA

Processo:	23386.000443/2022-32	
Licitação:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes à contratação)		
Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)		
Município/UF	PF/AM	
Nº do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho	AM000088/2022	
Termos Aditivos		
Nº de meses de Execução Contratual	12	

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

MÃO-DE-OBRA

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à Mão de Obra

Tipo de Serviço (serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação	
Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	1.217,02
Salário Mínimo Vigente	R\$	1.212,00
Categoria Profissional	Auxiliar de manutenção predial	
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	5143-10	
Data Base da Categoria	01/jan.	

Custos	PERCENTUAIS E VALORES DE REFERÊNCIA	POSTO AUX. DE MANUTENÇÃO PREDIAL
--------	-------------------------------------	----------------------------------

MODULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A - Salário Base	100,00%	1.217,02
B - Adicional periculosidade		
C - Adicional insalubridade		
D - Adicional noturno		
E - Hora noturna adicional		
F - Adicional de Hora Extra		
G - Intervalo intrajornada		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.217,02

MODULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A - Auxílio Transporte - dedução dos 4% (Cláusula 14ª)	R\$ 5,00	211,32
B - Auxílio alimentação - dedução de 1% (Clausula 12ª)	R\$ 18,00	392,04
C - Cesta Básica (clausula 13ª)		110,00
D - Assistencia social (clausula 19ª)		10,00
E - Plano de Saúde (Facultativo -clausula 16ª)		-
F - Plano odontológico (Facultativo -clausula 16ª)		-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIARIOS		723,36

MODULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A - Uniformes		65,27
B - material e equipamento		143,94
C - Equipamentos		237,60

D - EPI		99,62
TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS		546,43

MODULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		
4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		Valor (R\$)
A - INSS	20,00%	243,40
B - SESI ou SESC	1,50%	18,26
C - SENAI ou SENAC	1,00%	12,17
D - INCRA	0,20%	2,43
E - Salário Educação	2,50%	30,43
F - FGTS	8,00%	97,36
G - Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS	3,00%	36,51
H - SEBRAE	0,60%	7,30
Total de Encargos previdenciários e FGTS	36,80%	447,86
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		
4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A - 13º salário	8,33%	101,38
Subtotal	8,33%	101,38
C - Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	3,07%	37,31
Total de 13º Salário e Adicional de Férias	11,40%	138,68
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		
4.3 - Afastamento Maternidade		Valor (R\$)
A - Afastamento maternidade <i>(Considerar apenas o pagamento de encargos sociais e benefícios incidentes sobre remuneração para Auxílio Maternidade, uma vez que o ônus da licença maternidade é suportado pela Previdência Social - Acórdão TCU nº 1753/2008 - Plenário)</i>	0,02%	0,24
B - Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01%	0,09
Total de afastamento maternidade	0,03%	0,33
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão		
4.4 - Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A - Aviso Prévio Indenizado	0,26%	3,16
B - Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,02%	0,25
C - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa - restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
D - Aviso prévio trabalhado <i>(será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação - Lei nº 12.506/2011)</i>	1,03%	12,54
E - Incidência do submódulo 4.1(GPS, FGTS e outras contribuições) sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,38%	4,61
F - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa -- restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
Total de provisão para Rescisão	2,49%	30,30
Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.5 - Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
A - Substituto na cobertura de Férias	8,33%	101,38
B - Ausença por doença	1,66%	20,20
C - Licença paternidade	0,02%	0,24
D - Ausências legais	0,08%	1,00
E - Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,24
F - Outros (especificar)	0,00%	-
Subtotal	10,11%	123,07

G - Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	3,72%	45,29
Total dos custos de reposição do profissional ausente	13,83%	168,35

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos sociais e trabalhistas		
Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
4.1 - 13º Salário e adicional de férias		447,86
4.2 - Encargos previdenciários e FGTS		138,68
4.3 - Afastamento maternidade		0,33
4.4 - Custo de rescisão		30,30
4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		168,35
4.6 - Outros (especificar)		-
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		785,54

MODULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Valor (R\$)
A - Custos Indiretos	1,50%	49,09
B - Lucro	5,00%	166,07
C - Tributos	8,65%	330,23
C.1 - Tributos Federais (COFINS)	0,65%	23,86
C.2 - Tributos Estaduais (PIS)	3,00%	110,13
C.3 - Tributos Municipais (ISS)	5,00%	183,55
C.4 - Outros Tributos (especificar)		
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		545,39

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor pr empregado)	Valor (R\$)
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.217,02
B - Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	723,36
C - Módulo 3 - Insumos Diveros (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	546,43
D - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	785,54
E - Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	545,39
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	3.817,73

RESUMO GERAL	Valor Unitário
Valor do Posto de Auxiliar de manutenção	3.817,73

Anexo III - FORMAÇÃO DE PREÇOS COPEIRO.pdf

PLANILHA ESTIMATIVA

Processo:	23386.000443/2022-32	
Licitação:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes à contratação)		
Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)		
Município/UF	PF/AM	
Nº do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho	AM000088/2022	
Termos Aditivos		
Nº de meses de Execução Contratual	12	

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

MÃO-DE-OBRA

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à Mão de Obra

Tipo de Serviço (serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação	
Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	1.217,02
Salário Mínimo Vigente	R\$	1.212,00
Categoria Profissional	Copeiro	
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	5134-25	
Data Base da Categoria	01/01/2022	

Custos	PERCENTUAIS E VALORES DE REFERÊNCIA	POSTO COPEIRO
--------	-------------------------------------	---------------

MODULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A - Salário Base	100,00%	1.217,02
B - Adicional periculosidade		
C - Adicional insalubridade		
D - Adicional noturno		
E - Hora noturna adicional		
F - Adicional de Hora Extra		
G - Intervalo intrajornada		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.217,02

MODULO 2: BENEFICIOS MENSAIS E DIARIOS

2 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A - Auxílio Transporte - dedução dos 4% (Cláusula 14ª)	R\$ 5,00	211,32
B - Auxílio alimentação - dedução de 1% (Clausula 12ª)	R\$ 18,00	392,04
C - Cesta Básica (clausula 13ª)		110,00
D - Assistencia social (clausula 19ª)		10,00
E - Plano de Saúde (Facultativo -clausula 16ª)		-
F - Plano odontológico (Facultativo -clausula 16ª)		-
TOTAL DOS BENEFICIOS MENSAIS E DIARIOS		723,36

MODULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A - Uniformes		53,75
B - material		168,66
C - Equipamentos		

D - EPI		
TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS		222,41

MODULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		
4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		Valor (R\$)
A - INSS	20,00%	243,40
B - Sesi ou Sesc	1,50%	18,26
C - SENAI ou SENAC	1,00%	12,17
D - INCRA	0,20%	2,43
E - Salário Educação	2,50%	30,43
F - FGTS	8,00%	97,36
G - Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS	3,00%	36,51
H - SEBRAE	0,60%	7,30
Total de Encargos previdenciários e FGTS	36,80%	447,86
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		
4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A - 13º salário	8,33%	101,38
Subtotal	8,33%	101,38
C - Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	3,07%	37,31
Total de 13º Salário e Adicional de Férias	11,40%	138,68
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		
4.3 - Afastamento Maternidade		Valor (R\$)
A - Afastamento maternidade <i>(Considerar apenas o pagamento de encargos sociais e benefícios incidentes sobre remuneração para Auxílio Maternidade, uma vez que o ônus da licença maternidade é suportado pela Previdência Social - Acórdão TCU nº 1753/2008 - Plenário)</i>	0,02%	0,24
B - Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01%	0,09
Total de afastamento maternidade	0,03%	0,33
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão		
4.4 - Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A - Aviso Prévio Indenizado	0,26%	3,16
B - Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,02%	0,25
C - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa - restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
D - Aviso prévio trabalhado <i>(será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação - Lei nº 12.506/2011)</i>	1,03%	12,54
E - Incidência do submódulo 4.1 (GPS, FGTS e outras contribuições) sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,38%	4,61
F - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa -- restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
Total de provisão para Rescisão	2,49%	30,30
Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.5 - Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
A - Substituto na cobertura de Férias	8,33%	101,38
B - Ausência por doença	1,66%	20,20
C - Licença paternidade	0,02%	0,24
D - Ausências legais	0,08%	1,00
E - Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,24
F - Outros (especificar)	0,00%	-
Subtotal	10,11%	123,07

G - Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	3,72%	45,29
Total dos custos de reposição do profissional ausente	13,83%	168,35

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos sociais e trabalhistas

Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1 - 13º Salário e adicional de férias	447,86
4.2 - Encargos previdenciários e FGTS	138,68
4.3 - Afastamento maternidade	0,33
4.4 - Custo de rescisão	30,30
4.5 - Custo de reposição do profissional ausente	168,35
4.6 - Outros (especificar)	-
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	785,54

MODULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Valor (R\$)
A - Custos Indiretos	1,50%	44,22
B - Lucro	5,00%	149,62
C - Tributos	8,65%	297,53
C.1 - Tributos Federais (COFINS)	0,65%	21,50
C.2 - Tributos Estaduais (PIS)	3,00%	99,23
C.3 - Tributos Municipais (ISS)	5,00%	165,38
C.4 - Outros Tributos (especificar)		
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		491,38

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor pr empregado)	Valor (R\$)
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.217,02
B - Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	723,36
C - Módulo 3 - Insumos Diveros (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	222,41
D - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	785,54
E - Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	491,38
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	3.439,70

RESUMO GERAL

	Valor Unitário
Valor do Posto de Copeiro	3.439,70

Anexo IV - FORMAÇÃO DE PREÇOS JARDINEIRO.pdf

PLANILHA ESTIMATIVA

Processo:		
Licitação:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes à contratação)		
Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)		
Município/UF	PF/AM	
Nº do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho	AM000088/2022	
Termos Aditivos		
Nº de meses de Execução Contratual	12	

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

MÃO-DE-OBRA

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à Mão de Obra

Tipo de Serviço (serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação	
Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	1.217,02
Salário Mínimo Vigente	R\$	1.212,00
Categoria Profissional	Jardineiro	
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	6220-10	
Data Base da Categoria	01/jan.	

Custos	PERCENTUAIS E VALORES DE REFERÊNCIA	POSTO JARDINEIRO
--------	-------------------------------------	------------------

MODULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A - Salário Base	100,00%	1.217,02
B - Adicional periculosidade		
C - Adicional insalubridade		
D - Adicional noturno		
E - Hora noturna adicional		
F - Adicional de Hora Extra		
G - Intervalo intrajornada		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.217,02

MODULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A - Auxílio Transporte - dedução dos 4% (Cláusula 14ª)	R\$ 5,00	211,32
B - Auxílio alimentação - dedução de 1% (Clausula 12ª)	R\$ 18,00	392,04
C - Cesta Básica (clausula 13ª)		110,00
D - Assistencia social (clausula 19ª)		10,00
E - Plano de Saúde (Facultativo -clausula 16ª)		-
F - Plano odontológico (Facultativo -clausula 16ª)		-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		723,36

MODULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A - Uniformes		79,82
B - material		209,60
C - Equipamentos		18,94

D - EPI		90,67
TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS		399,03

MODULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		
4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		Valor (R\$)
A - INSS	20,00%	243,40
B - Sesi ou Sesc	1,50%	18,26
C - SENAI ou SENAC	1,00%	12,17
D - INCRA	0,20%	2,43
E - Salário Educação	2,50%	30,43
F - FGTS	8,00%	97,36
G - Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS	3,00%	36,51
H - SEBRAE	0,60%	7,30
Total de Encargos previdenciários e FGTS	36,80%	447,86
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		
4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A - 13º salário	8,33%	101,38
Subtotal	8,33%	101,38
C - Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	3,07%	37,31
Total de 13º Salário e Adicional de Férias	11,40%	138,68
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		
4.3 - Afastamento Maternidade		Valor (R\$)
A - Afastamento maternidade <i>(Considerar apenas o pagamento de encargos sociais e benefícios incidentes sobre remuneração para Auxílio Maternidade, uma vez que o ônus da licença maternidade é suportado pela Previdência Social - Acórdão TCU nº 1753/2008 - Plenário)</i>	0,02%	0,24
B - Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01%	0,09
Total de afastamento maternidade	0,03%	0,33
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão		
4.4 - Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A - Aviso Prévio Indenizado	0,26%	3,16
B - Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,02%	0,25
C - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa - restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
D - Aviso prévio trabalhado <i>(será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação - Lei nº 12.506/2011)</i>	1,03%	12,54
E - Incidência do submódulo 4.1 (GPS, FGTS e outras contribuições) sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,38%	4,61
F - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa -- restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
Total de provisão para Rescisão	2,49%	30,30
Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.5 - Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
A - Substituto na cobertura de Férias	8,33%	101,38
B - Ausência por doença	1,66%	20,20
C - Licença paternidade	0,02%	0,24
D - Ausências legais	0,08%	1,00
E - Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,24
F - Outros (especificar)	0,00%	-
Subtotal	10,11%	123,07

G - Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	3,72%	45,29
Total dos custos de reposição do profissional ausente	13,83%	168,35
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos sociais e trabalhistas		
Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)	
4.1 - 13º Salário e adicional de férias		447,86
4.2 - Encargos previdenciários e FGTS		138,68
4.3 - Afastamento maternidade		0,33
4.4 - Custo de rescisão		30,30
4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		168,35
4.6 - Outros (especificar)		-
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		785,54

MODULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Valor (R\$)
A - Custos Indiretos	1,50%	46,87
B - Lucro	5,00%	158,59
C - Tributos	8,65%	315,36
C.1 - Tributos Federais (COFINS)	0,65%	22,79
C.2 - Tributos Estaduais (PIS)	3,00%	105,17
C.3 - Tributos Municipais (ISS)	5,00%	175,28
C.4 - Outros Tributos (especificar)		
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		520,82

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor pr empregado)	Valor (R\$)
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.217,02
B - Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	723,36
C - Módulo 3 - Insumos Diveros (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	399,03
D - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	785,54
E - Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	520,82
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	3.645,77

RESUMO GERAL	Valor Unitário
Valor do Posto de Jardineiro	3.645,77

Anexo V - FORMAÇÃO DE PREÇOS PISCINEIRO.pdf

PLANILHA ESTIMATIVA

Processo:		
Licitação:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes à contratação)		
Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)		
Município/UF	PF/AM	
Nº do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho	AM000088/2022	
Termos Aditivos		
Nº de meses de Execução Contratual	12	

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

MÃO-DE-OBRA

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à Mão de Obra

Tipo de Serviço (serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação	
Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	1.217,02
Salário Mínimo Vigente	R\$	1.212,00
Categoria Profissional	Piscineiro	
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	5143-30	
Data Base da Categoria	01/jan.	

Custos	PERCENTUAIS E VALORES DE REFERÊNCIA	POSTO PISCINEIRO
MODULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A - Salário Base	100,00%	1.217,02
B - Adicional periculosidade		
C - Adicional insalubridade		
D - Adicional noturno		
E - Hora noturna adicional		
F - Adicional de Hora Extra		
G - Intervalo intrajornada		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.217,02

MODULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
2 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A - Auxílio Transporte - dedução dos 4% (Cláusula 14ª)	R\$ 5,00	211,32
B - Auxílio alimentação - dedução de 1% (Clausula 12ª)	R\$ 18,00	356,40
C - Cesta Básica (clausula 13ª)		110,00
D - Assistência social (clausula 19ª)		10,00
E - Plano de Saúde (Facultativo -clausula 16ª)		-
F - Plano odontológico (Facultativo -clausula 16ª)		-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		687,72

MODULO 3: INSUMOS DIVERSOS		
3 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A - Uniformes		61,67
B - material		1.268,06

C - Equipamentos		
D - EPI		67,46
TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS		1.397,19

MODULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		
4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		Valor (R\$)
A - INSS	20,00%	243,40
B - SESI ou SESC	1,50%	18,26
C - SENAI ou SENAC	1,00%	12,17
D - INCRA	0,20%	2,43
E - Salário Educação	2,50%	30,43
F - FGTS	8,00%	97,36
G - Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS	3,00%	36,51
H - SEBRAE	0,60%	7,30
Total de Encargos previdenciários e FGTS	36,80%	447,86
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		
4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A - 13º salário	8,33%	101,38
Subtotal	8,33%	101,38
C - Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	3,07%	37,31
Total de 13º Salário e Adicional de Férias	11,40%	138,68
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		
4.3 - Afastamento Maternidade		Valor (R\$)
A - Afastamento maternidade <i>(Considerar apenas o pagamento de encargos sociais e benefícios incidentes sobre remuneração para Auxílio Maternidade, uma vez que o ônus da licença maternidade é suportado pela Previdência Social - Acórdão TCU nº 1753/2008 - Plenário)</i>	0,02%	0,24
B - Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01%	0,09
Total de afastamento maternidade	0,03%	0,33
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão		
4.4 - Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A - Aviso Prévio Indenizado	0,26%	3,16
B - Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,02%	0,25
C - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa - restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
D - Aviso prévio trabalhado <i>(será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação - Lei nº 12.506/2011)</i>	1,03%	12,54
E - Incidência do submódulo 4.1(GPS, FGTS e outras contribuições) sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,38%	4,61
F - Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado <i>(O art. 12 da Lei nº 13.932/2019 extinguiu a partir de 01/01/2020 a cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa -- restam apenas os 40%)</i>	0,40%	4,87
Total de provisão para Rescisão	2,49%	30,30
Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.5 - Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
A - Substituto na cobertura de Férias	8,33%	101,38
B - Ausença por doença	1,66%	20,20
C - Licença paternidade	0,02%	0,24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

D - Ausências legais	0,08%	1,00
E - Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,24
F - Outros (especificar)	0,00%	-
Subtotal	10,11%	123,07
G - Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	3,72%	45,29
Total dos custos de reposição do profissional ausente	13,83%	168,35

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos sociais e trabalhistas

Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1 - 13º Salário e adicional de férias	447,86
4.2 - Encargos previdenciários e FGTS	138,68
4.3 - Afastamento maternidade	0,33
4.4 - Custo de rescisão	30,30
4.5 - Custo de reposição do profissional ausente	168,35
4.6 - Outros (especificar)	-
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	785,54

MODULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A - Custos Indiretos	61,31
B - Lucro	207,43
C - Tributos	412,49
C.1 - Tributos Federais (COFINS)	29,81
C.2 - Tributos Estaduais (PIS)	137,56
C.3 - Tributos Municipais (ISS)	229,27
C.4 - Outros Tributos (especificar)	-
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	681,23

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor pr empregado)	Valor (R\$)
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.217,02
B - Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	687,72
C - Módulo 3 - Insumos Diveros (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	1.397,19
D - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	785,54
E - Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	681,23
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	4.768,70



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

RESUMO GERAL	Valor Unitário
Valor do Posto de Piscineiro	R\$ 4.768,70



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão eletrônico para contratação de prestação de serviço contínuo com dedicação de mão-de-obra exclusiva

PREGÃO Nº..... /2022.
(Processo Administrativo nº 23386.000443/2022-32)

9. DO OBJETO

9.13. Contratação de *empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, piscineiro, jardineiro e copeiro; com fornecimento de insumos e materiais*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável OU Valor de Referência
1	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Manutenção predial , com fornecimento de equipamentos e material.	01627	Posto	01	45.812,76
2	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Jardineiro ; com fornecimento de equipamentos e material.	24252	Posto	01	43.749,24
3	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Piscineiro ; com fornecimento de equipamentos e material.	09962	Posto	01	57.224,40
4	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Copeiro ; com fornecimento de equipamentos e material.	22861	Posto	01	41.276,40
					R\$ 188.062,80

9.14. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção predial, piscineiro, jardineiro e copeiro.

9.15. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

9.16. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Global.

9.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

10. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 10.13. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 11.13. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12.13. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 12.14. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 12.15. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 13.13. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 13.13.1 serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
 - 13.13.2 A presente contratação constitui de serviço de natureza continuada, possuindo caráter essencial, permanente e sua prestação necessita de funcionários alocados dentro do Campus em período comercial;
 - 13.13.3 A(s) empresa(s) licitante deve ser especializada na prestação de serviço terceirizado de serviço de manutenção predial, piscineiro, jardineiro, copeiro, objetivando o atendimento das demandas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas campus Presidente Figueiredo
 - 13.13.4 A duração inicial do contrato é, inicialmente, de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.
 - 13.13.5 Para a contratação pretendida, não se faz necessária transição.
- 13.14. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 13.15. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:
- 5.3.1 O profissional enquadrado na função de auxiliar de manutenção predial CBO 5143-10, jardineiro CBO 6220-10, piscineiro CBO 5143-30 e copeiro CBO 5134-25;
 - 5.3.2 Qualificação mínima:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

- Ser brasileiro;
- Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Ter instrução correspondente Ensino médio (antigo 2º grau);
- Condicionamento físico compatível com o exercício das atividades;
- Capacidade de se comunicar com fluência, desenvoltura e cordialidade;
- Ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal.

5.3.3 Descrição dos serviços do auxiliar de Manutenção predial

Os trabalhadores nos serviços de manutenção predial/edificações CBO 5143-10 executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

5.3.4 Descrição dos serviços de jardineiro

- Zelar pela manutenção de vasos e jardins;
- Executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos;
- Cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais;
- Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços;
- Preparar a terra para semear;
- Fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos;
- Fazer a conservação das plantas;
- Zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e dos materiais utilizados;
- Zelar pela ordem no local;
- Executar outras tarefas correlatas, conforme a necessidade do serviço.

5.3.5 Descrição dos serviços de piscineiro

- Zelar pela limpeza e conservação da piscina, efetuando a aspiração da água, a limpeza de filtros, verificação de azulejos danificados e remoção de resíduos;
- Solicitar a manutenção adequada quando necessário;
- Controlar o nível de PH e cloro da água das piscinas, efetuando medições e adicionando produtos específicos quando necessário;
- Controlar estoque de produtos químicos de uso da piscina, solicitando reposição necessária, a fim de evitar a interrupção das atividades; e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.
- 5.3.6 Descrição dos serviços de copeiro(a)
- Efetuar o preparo de bandejas, pratos e mesas;
 - Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, atenção e presteza;
 - Preparar e servir bebida em geral;
 - Manter os utensílios da copa devidamente organizados, guardados, limpos e higienizados, com a esterilização de xícaras, copos, talheres, pratos panelas, potes e demais utensílios de copa e cozinha, toda vez que forem utilizados;
 - Manter os ambientes da copa e refeitório sempre limpos, higienizados e organizados;
 - Evitar danos e perdas de materiais;;
 - Zelar pelo armazenamento e conservação dos alimentos;
 - Realizar limpeza dos pertences da copa, tais como: geladeira, fogão, micro-ondas, armários e todos os outros utensílios usados no dia a dia;
 - Relacionar e enviar ao fiscal do contrato, tempestivamente, a relação de faltas e necessidades de utensílios, material de limpeza, produtos alimentícios;
 - Executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho;
 - Operar aparelhos ou equipamentos de preparo e manipulação dos gêneros alimentícios, e aparelhos de aquecimento ou refrigeração;
 - Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
 - Prover com bebidas em geral as salas de reunião, copa e gabinetes das unidades IFAM/CPRF.

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1.Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do edital como requisito previsto em lei especial.

7 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.
- 7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

- 7.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Para execução do serviço, a empresa disponibilizará para o IFAM Campus Presidente Figueiredo, quantitativo de recursos humanos de seu quadro de pessoal, para cobrir os postos de trabalho necessário ao atendimento a demanda dos serviços.

8.1.2. O horário de trabalho será de segunda-feira a sábado, com carga horária de 44 horas semanais, conforme quadro abaixo, considerando o que está estabelecido em Leis ou acordos coletivos, distribuídos dentro do horário de funcionamento do Campus.

8.1.3. Para a categoria com carga horária de 44h semanais, em caso de ausência de expediente aos sábados, as horas correspondentes a este dia (4 horas), deverão ser compensadas durante a mesma semana, de maneira que o funcionário deverá perfazer 9 (nove) horas diárias, de segunda a quinta, e 8 (oito) horas diárias na sexta-feira.

8.1.4. Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos pela Administração, podendo a contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação vigente.

8.1.5.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Manutenção predial . CATSER 01627	POSTO	01
02	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Jardineiro . CATSER 24252	POSTO	01
03	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Piscineiro . CATSER 09962	POSTO	01
04	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Copeiro . CATSER 22861	POSTO	01

8.1.6. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros de atividades diariamente como descritas abaixo:

8.1.6.1. Descrição dos serviços de jardineiro

- Zelar pela manutenção e pela limpeza de vasos e jardins;
- executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais; usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços;
- preparar a terra para semear; fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos;
- fazer a conservação das plantas;
- zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e materiais utilizados;
- zelar pela ordem no local;
- executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.

8.1.6.1. Descrição dos serviços de piscineiro

- Zelar pela limpeza e conservação da piscina, efetuando a aspiração da água, a limpeza de filtros, verificação de azulejos danificados e remoção de resíduos;
- solicitar a manutenção adequada quando necessário; acompanhar a temperatura da água, efetuando medições e controle do aquecedor (caso exista);
- controlar o nível de Ph e cloro da água das piscinas, efetuando medições e adicionando os produtos específicos quando necessário;
- controlar estoque de produtos químicos de uso da piscina, solicitando reposição necessária, a fim de evitar a interrupções das atividades;
- E, executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.

8.1.6.2. Descrição dos serviços de copeiro

- Efetuar o preparo de bandejas, pratos e mesas;
- Conduzir com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, atenção e presteza;
- Preparar e servir bebida em geral;
- Manter os utensílios de copa devidamente organizados, guardados, limpos e higienizados, com a esterilização de xícaras, copos, talheres, pratos, panelas, potes e demais utensílios de copa e cozinha, toda vez que forem utilizados;
- Manter os ambientes das copas e refeitório sempre limpos, higienizados e organizados;
- Evitar danos e perdas de materiais;
- Zelar pelo armazenamento e conservação dos alimentos;
- Realizar limpeza dos pertences das copas, tais como: geladeira, fogão, micro-ondas, armários e todos os outros utensílios usados no dia a dia;
- Relacionar e enviar ao fiscal do contrato, tempestivamente, a relação de altas e necessidades de utensílios, material de limpeza, produtos alimentícios;
- Executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- Operar aparelhos ou equipamentos de preparo e manipulação de gêneros alimentícios e aparelhos de aquecimento ou refrigeração;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
- Prover com bebidas em geral as salas de reunião, copa e gabinetes das unidades do IFAM/CPRF.

8.1.6.3. Descrição dos serviços do auxiliar de Manutenção

- Os Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações CBO 5143
- 10 executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

8.2 A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Diretor Geral do Campus autorizando o início das atividades, na forma que segue:

8.2.1 A CONTRATADA deverá apresentar o profissional responsável pela execução dos serviços ao fiscal designado pelo IFAM campus Presidente Figueiredo, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993, o qual acompanhará a execução contratual.

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1 Materiais:

MANUTENÇÃO PREDIAL		
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL	EQUIPAMENTOS
1 óculos de proteção escuro;	1 corda de fibra sintética de 12.0mm. Cabo para uso específico em cadeiras suspensas e cabo-guia de segurança para fixação de trava-quedas. Tamanho: 50m.	1 Escada extensiva de fibra, com 10 degraus; com sapata antiderrapante para eletricitista;
1 Protetor Auricular tipo plug;	1 capacete completo com carneira e jugular;	1 Escada de abrir de fibra com 10 degraus, com sapata antiderrapante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

1 par de luva de vaqueta tamanho M;	1 Cinturão de segurança modelo paraquedista em “Y” com 2 pontos de conexão e totalmente ajustável;	1 Serra de mármore;
02 Máscaras respiratória facial com filtro pff2;	1 Extensão elétrica de 50m de cabo pp flexível 4mm;	1 furadeira;
	1 Extensão elétrica de 100m de cabo pp flexível 4mm;	1 parafusadeira (igual ou superior bosh, makita);
		1 andaime torre completo tubular 10m painel de 1,0 m x 1,5m, com piso e guarda corpo
JARDINEIRO		
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL	EQUIPAMENTOS
2 Balde em plástico para concreto na cor preta, capacidade de 12 litros.	1 Cinturão de segurança modelo Paraquedista em “Y” com 2 ponto de conexão e totalmente ajustável.	1 Motopoda com haste dealcance 2,1m;
1 Cabeça de roçadeira para fio;	2 Mangueira para jardim, superflexível de ½”, peça com 50m;	1 Roçadeira Lateral a gasolina, consumo Aproximado 1,2 l/h, comguidão.
1 óculos de proteção escuro.	1 Tesoura para grama, aço forjado, 12”x300mm;	
1 Enxadeco estreito 2,5, Com cabo; 1 Enxada com cabo;	1 Tesoura para poda;	
1 Pá de bico nº 4, com cabo de Madeira;	1 Boca de lobo com cabo;	
1 Pá pequena para lixo, em chapa galvanizada, cabo de madeira;	1 Bomba mecânica manual para Aplicação de inseticida;	
1 FACA grande;	1 Carro de mão;	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

1 FACA médio;	02 - Protetor De Roçagem Flexível 5,0m Comprimento 1,5m Altura;	
1 Ancinho metálico curvo leve, 12 dentes com cabo reforçado;	01-Avental de raspa;	
06 – Lima chata para enxada 8” polegadas 200mm perfil chato cortesimples;	1 capacete completo com carneira e jugular;	
06 frascos de protetor solar	1 par de luva de vaqueta tamanho M;	
12 Vassoura de cipó com cabo;		
12 Vassoura de nylon, tamanho comercial, com cabo;		
120m Fio de corte p/ roçadeira quadrado 3mm.		
PISCINEIRO		
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL	
1 Óculos de proteção escuro;	4 máscaras respiratória facial com filtro;	
01 protetores auricular tipo plug de inserção;	1 rodo aspirador para piscina com cabo extensor tamanho com 8 metros; com ponteira.	
1 boné árabe;	1 Cata folhas para piscina com cabo de alumínio de 6 metros;	
12 Baldes de Cloro granulado 3 em1 com 10 kg para Tratamento de água da piscina;	12 kit teste para medir cloro e PH. Esse kit contém: 1 frasco de solução cloro orto-tolidina (20 ml). 1 frasco de FENOL vermelho reagente para PH (20 ml). 1- Corpo comparador; 2 mangueiras flexível flutuante para aspiração; tamanho de 25 m de comprimento; Diâmetro 1. 3/4” polegada ou 44 mm; com adaptador rosca fina.	
06 frascos de protetor solar	16kg Redutor de PH	
84 kg de Decantador	200kg Elevador de PH	
6 Escovas de nylon curva 450 mm;		
6 Esfregão com cerdas de nylon.		
06 pares de luva nitrílica, tamanho G;		



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

06 escovão para calçada com cabo;	
COPEIRO	
MATERIAL ENTREGA SEMESTRAL	MATERIAL ENTREGA ANUAL
60 frascos de detergente 500ml;	04 pares de luva látex tamanho M;
18 pct de esponja de aço com 08 un;	2 caixas de Máscara Descartável pacote com 100 (cem);
12 esponjas para lavar louça;	01 dúzia de guardanapo de pano branco;
24 kg de sabão em barra;	03 cx de touca descartável com 100und
12 panos tipo saco	
20 lt de água sanitária	
30 fd de papel toalha com 1250 und	

10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1 A empresa contratada ofertará serviços relacionados à serviço de manutenção predial, piscineiro, jardineiro e copeiro, para atender as necessidades do IFAM/CPRF;

10.2 Do orçamento dos uniformes, materiais e equipamentos:

10.2.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços;

10.2.2. *Aqueles materiais previstos para entrega no início do contrato, deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.*

10.2.3. *Poderá ser necessário o uso de equipamentos não incluídos na estimativa de custos, devido à eventualidade com que os serviços serão efetuados. A CONTRATADA deverá possuir os meios para a disponibilização desses equipamentos.*

10.2.4. *O contratado na prestação e execução dos serviços deverá prestar toda assistência, mantendo no local dos serviços, todo equipamento de segurança e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança e dentro dos prazos estabelecidos.*

10.2.5. *Os serviços deverão ser prestados com observância das normas técnicas necessárias à sua execução, com utilização de equipamentos e ferramentas adequadas.*

10.2.6. *O uso de materiais ou equipamentos, máquinas, utensílios, ferramentas e insumos não previstos neste Termo de Referência, será pactuada entre as partes a contrapartida, se sazonal, ou realizado o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, se permanente o aumento da demanda, em face da aquisição, aluguel ou outra forma de disponibilização dos mesmos, respeitados os prazos máximos da depreciação dos bens.*

10.3 Da prestação do serviço

10.3.1. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

10.3.2. Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

10.3.3. A mão de obra a ser contratada deverá possuir, no mínimo:

- Ensino Fundamental completo;
- Possuir 18 anos completos;
- Curso e qualificação condizente com o a função
- Certidão negativa de crimes nas esferas estadual e federal e de crimes eleitorais.
- Exames admissionais e demissionais periódicos.
- A contratada deverá realizar em todos os seus empregados que prestarão serviço para o IFAM - Campus Presidente devidos exames admissionais e demissionais;
- Exames médicos admissionais, periódicos, demissionais e, se for o caso, afastamentos e de mudança de funcionário, e a respectiva cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), deverão ser entregues sempre que o IFAM Campus Presidente figueiredo solicitar;

10.3.4. O preposto da empresa deverá possuir ainda noções básicas de informática – utilização de e-mail, editor de texto e planilha eletrônica; possuir habilidade de liderança, gerenciamento de pessoas, coaching comunicação e entender os conceitos ligados à inteligência emocional, além de bom relacionamento interpessoal; conhecer processos e procedimentos de gerenciamento de incidentes, gerenciamento de problemas, gerenciamento de trabalho e distribuição entre as equipes, analisar resultados e performance

10.3.5. Os cargos de manutenção predial, piscineiro, jardineiro, copeiro, deverão possuir qualificação técnica em suas respectivas áreas;

10.3.6. O(a) preposto(a) será responsável pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo comunicável com a fiscalização do contrato em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços e com a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao gestor do contrato designado pela Administração.

10.3.7. *O preço do Homem-Mês deverá ser calculado para cada categoria profissional, cada jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais.*

10.3.8. *Os serviços serão contratados com base nas planilhas de formação de preços apresentadas na licitação, observadas as peculiaridades, as produtividades, as periodicidades e as frequências de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.*

10.3.9. *A prestação de serviços de que trata este termo não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.*

10.3.10. *A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, portanto a empresa deverá apresentar propostas de acordo com a legislação tributária vigente e cálculos condizentes com a realidade dos custos.*

10.3.11. *O licitante deverá elaborar as planilhas de custos e formação de preços baseados nos pisos salariais e demais exigências na Convenção Coletiva d Trabalho (CTT) em vigência e compatível ao serviço que o IFAM pretende a contratar, além de observar os valores vigentes para o Estado do Amazonas.*

10.3.12. *O valor a ser cobrado no vale transporte é aquele cobrado no município de Presidente Figueiredo, ou seja 4,00 descontando a participação do empregado.*

10.4 Dos materiais:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

10.4.1. Em hipótese alguma poderá faltar qualquer item de material/equipamento para a execução dos serviços;

10.4.2. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, contendo marca de conformidade de qualidade (INMETRO ou similar) devendo o fiscal do contrato rejeitar os materiais/equipamentos que não atendam as necessidades;

10.4.3. Quando da reposição de materiais, deverão esses receber o aceite do fiscal do contrato, bem como os materiais inservíveis deverão ser entregues ao fiscal do contrato.

11 UNIFORMES

11.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

MANUTENÇÃO PREDIAL		
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL
02	und	Calça comprida (jeans cor escura)
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresapintado ou bordado.
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
02	par	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana
01	par	Bota 7 léguas
01	und	Crachá

JARDINERIO		
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL
02	und	Calça comprida (jeans cor escura)
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.
02	und	Camisa manga longa, malha fria,
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
02	par	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana
01	par	Bota 7 léguas
01	und	Crachá
01	und	Chapéu com aba

PISCINEIRO		
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL
02	und	Calça comprida tac tel
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

02	und	Camisa manga longa, malha fria,
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
01	par	Bota preta em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana
01	par	Bota 7 léguas
01	und	Crachá
01	und	Chapéu com aba

COPEIRO		
Quantidade	Und	QUANTIDADE SEMESTRAL
02	und	Calça comprida na cor branco
02	und	Camiseta malha fria ou algodão, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado (cor branco).
04	par	Meia em algodão, tipo soquete.
01	par	Sapato baixo, sem salto, fechado, solado antiderrapante
01	par	Bota 7 léguas cor branco
01	und	Crachá
01	und	avental

11.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

11.3.1. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE e, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas nesse item;

11.3.2. *Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor ao modelo, desde que previamente aceitas pelo CONTRATANTE*

11.3.4. *O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho;*

11.3.5. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado na seguinte forma:

11.3.5.1.02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.3.5.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 12.4.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);
- 12.4.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);
- 12.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.8.5. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.8.6. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.8.7. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.8.8. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.12. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

- 13.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 13.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.24. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.24.5. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.24.6. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.25. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.26. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.27. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 13.28. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 13.30. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.31. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.32. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.35.5. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.35.6. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.35.7. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.36. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.37. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.37.5. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.3. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 16.4. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.5. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de *e-mail* ou *Ofício/carta*.
- 16.6. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.7. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 16.8. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.9.5. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

16.9.5.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.9.5.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

16.9.5.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

16.9.5.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.9.6. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.9.6.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.9.6.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 16.9.6.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 16.9.6.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 16.9.7. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 16.9.7.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- 16.9.7.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- 16.9.7.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 16.9.7.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 16.9.7.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 16.9.8. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 16.9.8.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 16.9.8.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 16.9.8.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 16.9.8.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.10. *A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.*
- 16.10.5. *O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.*
- 16.10.6. *Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.*
- 16.10.7. *Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.*
- 16.11. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.12. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.9.5 acima deverão ser apresentados.
- 16.13. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 16.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.15. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 16.16. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.17. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.18. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.18.5. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.18.6. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.18.7. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 16.19. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.20. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 16.20.5. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 16.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 16.22. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.23. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.24. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.25. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

- 16.26. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.28. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.29. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.30. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
 - 16.30.5. . Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas e ocorrências;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.30.6. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30.7. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.31. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.3. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo I deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.4.5. Adequação do serviço à qualidade esperada;

17.4.6. Equivalência da produtividade de contratos anteriores;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

17.4.7. Atendimento de pelo menos 90% das demandas, são os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço.

17.5. *Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:*

17.5.5. não produziu os resultados acordados;

17.5.6. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.5.7. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

13.16. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

13.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

18.4.5. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.4.6. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

- 18.7. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 18.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 18.8.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 18.9. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 18.9.5. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 18.9.6. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 18.9.7. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*.
- 13.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 18.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

- 19.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 19.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 19.5. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.5.5. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.6.5. o prazo de validade;
- 19.6.6. a data da emissão;
- 19.6.7. os dados do contrato e do órgão contratante;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 19.6.8. o período de prestação dos serviços;
- 19.6.9. o valor a pagar; e
- 19.6.10. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 19.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.12.5. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

19.18. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, os órgãos e entidades deverão adotar os seguintes procedimentos:

a) Serão objeto de pagamento mensal pela Administração à Contratada o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;

2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;

3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;

4. Submódulo 4.2: Substituto na Intra jornada;

5. Módulo 5: Insumos; e

6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

b) Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador;

c) As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

c.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

c.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

c.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

c.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

19.19. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas neste termo de referência e demais anexos do edital.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REACTUAÇÃO)

20.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.4. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 20.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 20.6. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 20.7. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 20.7.5. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 20.7.6. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;
- 20.7.7. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.8. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 20.9. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 20.10. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.10.5. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 20.10.6. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 20.10.7. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 20.11. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.12. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.13. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.14. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.15. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.16. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC.(Índice Nacional de Preços ao Consumidor)), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.16.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.16.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.16.7. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.16.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.16.9. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.17.5. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.17.6. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.17.7. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.18. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 20.19. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.20. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 20.21. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.22. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.3. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 21.3.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.3.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.4.5. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 21.4.6. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 21.4.7. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 21.4.8. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

- 21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **20 (vinte)** dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.12. Será considerada extinta a garantia:
- 21.12.5. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 21.12.6. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.16. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 21.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.3. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

22.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

22.6. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.8.5. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.8.6. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.8.7. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.10.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

- 22.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 23.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.5. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
 - 23.5.5. Comprovação que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.
 - 23.5.5.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 01 (hum) ano, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de ser ininterrupto.
 - 23.5.5.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - 23.5.5.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
 - 23.5.5.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
 - 23.5.5.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
 - 23.5.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável
 - 23.5.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.5.7. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

23.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.3. O custo estimado da contratação é de R\$ **188.062,80** (cento e oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e oitenta centavos).

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 26203/158562;

Fonte de Recursos: 8100000000;

Programa de Trabalho: 170981;

Elemento de Despesa: 339037;

Plano Interno: 20RLP0112N);

Município de Presidente Figueiredo, 22 de setembro de 2022.

Leonildo Mendes de Souza
Siape 2196605

Lenilda Silva e Silva

Siape 2350366



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

Alessandra Alves de Carvalho dos Santos
Siape 1872462

APROVAÇÃO MOTIVADA

Considerando que o Termo de Referência elaborado se apresenta de forma conveniente e oportuna para atender a demanda exposta neste documento, e que os elementos necessários para que os fornecedores elaborem suas propostas, aprovo este documento, em cumprimento à legislação pátria, instruções normativas vigentes e boas práticas da Administração Pública.

Presidente Figueiredo, 22 de setembro de 2022.

JACKSON PANTOJA LIMA

Diretor Geral do IFAM Campus
Presidente Figueiredo
Portaria nº
1.135/GR-IFAM/27/05/2019

Anexos:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

I – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. Definições

1.1. Este documento apresenta critérios de avaliação dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por descumprimento das metas estabelecidas.

1.2. Os serviços serão avaliados por meio de 05 (cinco) indicadores: atraso no pagamento de salários dos funcionários, uso de EPI's e uniformes, tempo de resposta às solicitações da contratante, falta de cordialidade no trato com os usuários e falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados.

1.3. Aos indicadores serão atribuídos pontos, diferentes entre si de acordo com a necessidade do serviço.

1.4. A pontuação final dos serviços poderá resultar em valores entre 0(zero) ou 100(cem) dependendo se a CONTRATANTE deixar ou não de cumprir as metas estabelecidas.

2. Indicadores

Indicador	
Nº01 + Atraso no pagamento de salários dos funcionários	
Item	Descrição
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de salários e demais benefícios dos colaboradores da empresa contratada
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicional à verificação pela fiscalização do Contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Identificação pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 35 pontos Uma ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	O atraso de pagamento será considerado uma ocorrência mensal atendendo o disposto do Art. 459§ 1º da CLT

Indicador	
Nº02 + Uso de EPI's e Uniformes	
Item	Descrição
Finalidade	Inobservância da utilização de uniforme e EPI, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme e EPI excessivamente danificado ou deixar de providenciar conjunto completo de uniforme e EPI aos funcionários.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência mensal
Instrumento de medição	Constatação formal da ocorrência

Forma de acompanhamento	Condicional à verificação pela fiscalização do Contrato ou a comunicação poderá ser mediante correspondência eletrônica.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 15 pontos 1 ocorrência = 12 pontos
	2 ocorrências = 9 pontos 3 ocorrências = 6 pontos 4 ocorrências = 3 pontos 5 ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	Será considerada ocorrência individual a falta de EPI e uniformes, por funcionário, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº02 + Uso de EPI's e Uniformes	
Item	Descrição
Finalidade	Inobservância da utilização de uniforme e EPI, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme e EPI excessivamente danificado ou deixar de providenciar conjunto completo de uniforme e EPI aos funcionários.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência mensal
Instrumento de medição	Constatação formal da ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicional à verificação pela fiscalização do Contrato ou a comunicação poderá ser mediante correspondência eletrônica.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 15 pontos 1 ocorrência = 12 pontos 2 ocorrências = 9 pontos 3 ocorrências = 6 pontos 4 ocorrências = 3 pontos 5 ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	Será considerada ocorrência individual a falta de EPI e uniformes, por funcionário, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº03 + Tempo de resposta às solicitações da contratada	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às solicitações elaboradas pelos fiscais do contrato, por meio das notificações encaminhadas à contratada
Meta a cumprir	Prazo estabelecido pela em cada notificação
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Condicionada à verificação pela fiscalização do Contrato.
Periodicidade	Quando solicitado à contratante
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior ao estipulado

Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 10 pontos 1 resposta com atraso = 8 pontos 2 respostas com atraso = 6 pontos 3 respostas com atraso = 4 pontos 4 respostas com atraso = 2 pontos 5 ou mais respostas com atraso = 0 pontos
Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº04 + Falta de cordialidade no trato com os usuários	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o bom atendimento aos usuários do serviço
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência do mês



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Condicionar à verificação pela fiscalização do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por usuário que tenha verificado sua ocorrência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 20 pontos 1 ocorrência = 15 pontos 2 ocorrências = 10 pontos 3 ocorrências = 5 pontos 4 ou mais ocorrências = pontos
Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº05 + Falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o nível de qualidade e eficiência na prestação do serviço
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Condicionar à verificação pela fiscalização do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por usuário que tenha verificado sua ocorrência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 20 pontos 1 a 3 ocorrências = 15 pontos 4 a 6 ocorrências = 10 pontos 7 a 9 ocorrências = 5 pontos 10 ou mais ocorrências = pontos

Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo o registro de várias ocorrências na mesma data.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

3. Tabela para cálculo da pontuação final

INDICADOR	CRITÉRIO	PONTOS	AVALIAÇÃO
01- Atraso no pagamento de salários dos funcionários	Sem ocorrências	35	
	Uma ou mais ocorrências	0	
02- Uso de EPI's e Uniformes	Sem atrasos	15	
	1 ocorrência	12	
	2 ocorrências	9	
	3 ocorrências	6	
	4 ocorrências	3	
	5 ou mais ocorrências	0	
03 - Tempo de resposta às solicitações da contratada	Sem atrasos	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	
	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	
	5 ou mais respostas com atraso	0	
04 - Falta de cordialidade no trato com os usuários	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	10	
	3 ocorrências	5	
	4 ou mais ocorrências	0	
05 - Falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados	Sem nenhuma ocorrência	20	
	1 a 3 ocorrências	15	
	4 a 6 ocorrências	10	
	7 a 9 ocorrências	5	
	10 ou mais ocorrências	0	
PONTUAÇÃO TOTAL			

4. Faixa de ajuste de pagamento

4.1. As pontuações devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima

4.2. A aplicação dos critérios de averiguação resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Ponto “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “indicador 3”

+ Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5”

4.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentados abaixo:

Faixas de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 50 a 59 pontos	85% do valor previsto	0,85
De 40 a 49% pontos	80% do valor previsto	0,80
Abaixo de 40 pontos	80% do valor previsto mais multa	0,80 + multa

Valor devido = [(Valor mensal previsto) x (Fator de Ajuste)]

4.4. A avaliação abaixo de 40 pontos por 3 (três) vezes consecutivas ensejará a rescisão do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

MINUTA

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS- CAMPUS
PRESIDENTE FIGUEIREDO E A EMPRESA**

.....

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS- CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO, com sede no(a) Av. Onça Pintada, 1308, Galo da Serra, na cidade de Presidente Figueiredo /Estado do Amazonas, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.792.928/0007-03, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral, Dr. JACKSON PANTOJA LIMA, nomeado(a) pela Portaria nº 1.135, de 29 de maio de 2019, publicada no *DOU* de 27 de maio de 2019, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de e manutenção predial, piscineiro, jardineiro e copeiro, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/ POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26403/158562

Fonte: 810000000

Programa de Trabalho: 170981

Elemento de Despesa: 339037

Pl: : L20RLP0112N



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-
2-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa **(indicar o nome da empresa)** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..... de..... de 20.....

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO III



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Ao

Instituto Federal do Amazonas – Campus Presidente Figueiredo

Pregoeiro (a) XXXXXXXX

Pregão Eletrônico Nº XX/20XX

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI/CPF), em atendimento ao Termo de Referência do Edital da licitação em epígrafe, DECLARA que conhece as condições do local em que os serviços serão executados e que tem conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração da proposta de preços. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Presidente Figueiredo/AM, ____ de _____ de 20____.

(Assinatura do representante legal do licitante)

Observações: 1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa.

ANEXO IV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º., "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En.331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º., da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

10

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados.

Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO Sub-Procuradora-Regional da
União—1ª. Região
Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

ANEXO V

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

1. Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essencial os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:
2. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços, observando as Convenções Coletivas de Trabalho apontadas no item 7.4.3.2.1 do edital.
3. Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
4. Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Edital, deverá indicar em sua proposta à convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.
5. Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora.
6. Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestam serviços ao IFAM/CPRF os mesmos índices concedidos na repactuação contratual, independentemente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA.
7. As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto/serviço.
8. Na planilha de custos e formação de preços ainda deverá constar a memória de cálculo efetuada pela CONTRATADA.
9. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao piso salarial estabelecido no Edital, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.
10. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.
11. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
12. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo pregoeiro.

A proposta deverá obrigatoriamente vir nos moldes desta planilha:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MODELO			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia, mês e ano)		
B	Município/UF		Presidente Figueiredo AM
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		
D	Nº de meses de execução contratual		12
E	Data base da Categoria		

Identificação do Serviço		
Unid. Medida	Tipo de Serviço	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto		

Dados complementares para a composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço		
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)		
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria Profissional (vinculada à Execução contratual)		
5	Data base da categoria (dia, mês e ano)		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$
B	Adicional de periculosidade		R\$
C	Adicional de insalubridade		R\$
D	Adicional noturno		R\$
E	Hora noturna reduzida		R\$
F	Intrajornada		R\$
H	Outros (especificar)		R\$
Modulo 1 Total			R\$

MÓDULO 2 - encargos e benefícios Anuais Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

		%	Valor (R\$)
A	13º (décimo Terceiro) Salário		
B	Férias e adicional de Férias		
submodulo 2.1 Total			R\$

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários

2.2	GPS, FGTS e outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$
B	Salario Educação	2,50%	R\$
C	SAT (FAP de 0.5 a 2.0)		R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



D	SESI/SESC	1,50%	R\$	-
E	SENAI / SENAC	1,00%	R\$	-
F	SEBRAE	0,60%	R\$	-
G	INCRA	0,20%	R\$	-
H	FGTS	8,00%	R\$	-
submódulo 2.2 Total		36,80%	R\$	-

Submódulo 2.3 BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2.3	Benefícios Mensais e Diários	%	Valor (R\$)	
A	Transporte [Valor passagem (R\$ 5,00) x 2 x nº dias trabalhados (-6%)]		R\$	-
B	Auxílio Alimentação/Refeição		R\$	-
C	Cesta Básica		R\$	-
D	Assistência Social Familiar		R\$	-
E	outros		R\$	-
submódulo 2.3 Total			R\$	-

Quadro Resumo do Modulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias.		R\$
2.2	GPS, FGTS e outras Contribuições.		R\$
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$
Modulo 2 Total			R\$

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado		
Modulo 3 Total			R\$

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausencias Legais

4.1	Ausencias Legais	%	Valor (R\$)
A	Férias		
B	Ausências legais		
C	Licença paternidade		
D	Ausência por Acidente de Trabalho		
E	Afastamento Maternidade		
F	Outros (especificar)		
submodulo 4.1 total			R\$

Submódulo 4.2 - Intraornada

A	Intervalo para Repouso ou alimentação	0	R\$ -
---	---------------------------------------	---	-------

Quadro Resumo do Modulo 4 custo de Reposição do Profissional Ausente

4	custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$	-
4.2	Intraornada	R\$	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



Total	R\$	-
-------	-----	---

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos diversos	%	Valor (R\$)
A	Uniformes		R\$
B	Materiais		R\$
C	Equipamentos		R\$
D	Utensílios		R\$
E	Outros		R\$
Modulo 5 Total			R\$

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucros.	%	Valor (R\$)
A	custos indiretos		
B	Lucro		
C	tributos		
	C1. tributos federais (PIS / COFINS)		
	C2. tributos estaduais (especificar)		
	C3. TRIBUTOS Municipais (ISS)		
	soma dos tributos		
	Módulo 6 Total		R\$ -

Quadro-resumo do Custo por Empregado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



Mão de Obra Vinculada a Execução Contratual

A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$
B	MÓDULO 2 - encargos e benefícios Anuais Mensais e Diários		R\$
C	MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RECISÃO		R\$
D	MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFICIONAL		R\$
E	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		R\$
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$
F	MÓDULO 6 - Custos indiretos, tributos e Lucro		R\$
Valor Total por empregado			R\$



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**



- a) Os percentuais lançados na tabela são exemplificativos, podendo a empresa adequar a sua realidade.
- b) A planilha será revisada por um contador do IFAM, e em casos de percentuais de tributos ou encargos trabalhistas não condizentes com a legislação aplicada, será pedido correção, não havendo correção, a proposta será desclassificada.
- c) Na apresentação da proposta é obrigatória a apresentação de todas as planilhas constantes no Termo e Anexo.



ANEXO VI

Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

NOME DO ÓRGÃO / EMPRESA	Nº DO ANO DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	VALOR TOTAL DO CONTRATO

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS:

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada. Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos:

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



$(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100 = \text{Valor da receita bruta}$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%

XX

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



ANEXO VII

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

5. Definições

5.1. Este documento apresenta critérios de avaliação dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por descumprimento das metas estabelecidas.

5.2. Os serviços serão avaliados por meio de 05 (cinco) indicadores: atraso no pagamento de salários dos funcionários, uso de EPI's e uniformes, tempo de resposta às solicitações da contratante, falta de cordialidade no trato com os usuários e falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados.

5.3. Aos indicadores serão atribuídos pontos, diferentes entre si de acordo com a necessidade do serviço.

5.4. A pontuação final dos serviços poderá resultar em valores entre 0(zero) ou 100(cem) dependendo se a CONTRATANTE deixar ou não de cumprir as metas estabelecidas.

6. Indicadores

Indicador	
Nº01 + Atraso no pagamento de salários dos funcionários	
Item	Descrição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de salários e demais benefícios dos colaboradores da empresa contratada
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicional à verificação pela fiscalização do Contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Identificação pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 35 pontos Uma ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	O atraso de pagamento será considerado uma ocorrência mensal atendendo o disposto do Art. 459§ 1º da CLT

Indicador	
Nº02 + Uso de EPI's e Uniformes	
Item	Descrição
Finalidade	Inobservância da utilização de uniforme e EPI, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme e EPI excessivamente danificado ou deixar de providenciar conjunto completo de uniforme e EPI aos funcionários.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência mensal
Instrumento de medição	Constatação formal da ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicional à verificação pela fiscalização do Contrato ou a comunicação poderá ser mediante correspondência eletrônica.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 15 pontos 1 ocorrência = 12 pontos
	6 ocorrências = 9 pontos 7 ocorrências = 6 pontos 8 ocorrências = 3 pontos 9 ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	Será considerada ocorrência individual a falta de EPI e uniformes, por funcionário, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



Indicador	
Nº02 + Uso de EPI's e Uniformes	
Item	Descrição
Finalidade	Inobservância da utilização de uniforme e EPI, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme e EPI excessivamente danificado ou deixar de providenciar conjunto completo de uniforme e EPI aos funcionários.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência mensal
Instrumento de medição	Constatação formal da ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicional à verificação pela fiscalização do Contrato ou a comunicação poderá ser mediante correspondência eletrônica.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 15 pontos 1 ocorrência = 12 pontos 6 ocorrências = 9 pontos 7 ocorrências = 6 pontos 8 ocorrências = 3 pontos 9 ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	Será considerada ocorrência individual a falta de EPI e uniformes, por funcionário, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº03 + Tempo de resposta às solicitações da contratada	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às solicitações elaboradas pelos fiscais do contrato, por meio das notificações encaminhadas à contratada
Meta a cumprir	Prazo estabelecido pela em cada notificação
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Condicional à verificação pela fiscalização do Contrato.
Periodicidade	Quando solicitado à contratante
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior ao estipulado
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 10 pontos 1 resposta com atraso = 8 pontos 2 respostas com atraso = 6 pontos 3 respostas com atraso = 4 pontos 4 respostas com atraso = 2 pontos 5 ou mais respostas com atraso = 0 pontos
Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



Indicador	
Nº04 + Falta de cordialidade no trato com os usuários	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o bom atendimento aos usuários do serviço
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência do mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Condicionar à verificação pela fiscalização do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por usuário que tenha verificado sua ocorrência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 20 pontos 1 ocorrência = 15 pontos 5 ocorrências=10 pontos 6 ocorrências= 5 pontos 7 ou mais ocorrências= pontos
Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº05 + Falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o nível de qualidade e eficiência na prestação do serviço
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Condicionar à verificação pela fiscalização do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por usuário que tenha verificado sua ocorrência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 20 pontos 1 a 3 ocorrência = 15 pontos 4 a 6 ocorrências=10 pontos 7 a 9 ocorrências= 5 pontos 10 ou mais ocorrências= pontos

Sanções	Ajuste de pagamento
---------	---------------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



Observações	A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo o registro de várias ocorrências na mesma data.
--------------------	---

7. Tabela para cálculo da pontuação final

INDICADOR	CRITÉRIO	PONTOS	AVALIAÇÃO
01- Atraso no pagamento de salários dos funcionários	Sem ocorrências	35	
	Uma ou mais ocorrências	0	
02- Uso de EPI's e Uniformes	Sem atrasos	15	
	1 ocorrência	12	
	2 ocorrências	9	
	3 ocorrências	6	
	4 ocorrências	3	
	5 ou mais ocorrências	0	
03 - Tempo de resposta às solicitações da contratada	Sem atrasos	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	
	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	
	5 ou mais respostas com atraso	0	
04 - Falta de cordialidade no trato com os usuários	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	10	
	3 ocorrências	5	
	4 ou mais ocorrências	0	
05 - Falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados	Sem nenhuma ocorrência	20	
	1 a 3 ocorrências	15	
	4 a 6 ocorrências	10	
	7 a 9 ocorrências	5	
	10 ou mais ocorrências	0	
PONTUAÇÃO TOTAL			

8. Faixa de ajuste de pagamento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



8.1. As pontuações devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima

8.2. A aplicação dos critérios de averiguação resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação total do serviço} = \text{Ponto "Indicador 1"} + \text{Pontos "Indicador 2"} + \text{Pontos "Indicador 3"} + \text{Pontos "Indicador 4"} + \text{Pontos "Indicador 5"}$$

8.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentados abaixo:

Faixas de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 50 a 59 pontos	85% do valor previsto	0,85
De 40 a 49 pontos	80% do valor previsto	0,80
Abaixo de 40 pontos	80% do valor previsto mais multa	0,80 + multa

$$\text{Valor devido} = [(\text{Valor mensal previsto}) \times (\text{Fator de Ajuste})]$$

8.4. A avaliação abaixo de 40 pontos por 3 (três) vezes consecutivas ensejará a rescisão do contrato.